



YAN SANTOS DE SOUSA

AS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E VENEZUELA (2003 – 2010): FORMAÇÃO DE
UMA ALIANÇA ESTRATÉGICA.

João Pessoa

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

YAN SANTOS DE SOUSA

AS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E VENEZUELA (2003 – 2010): FORMAÇÃO DE
UMA ALIANÇA ESTRATÉGICA.

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para a
conclusão do Curso de Graduação em
Relações Internacionais da Universidade
Federal da Paraíba.

Orientador: Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques Ferreira

João Pessoa

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S725r Sousa, Yan Santos de.

As relações entre Brasil e Venezuela (2003 – 2010): formação de uma aliança estratégica / Yan Santos de Sousa. – João Pessoa, 2016.

61f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques Ferreira.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Relações Internacionais) – UFPB/CCSA.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES
INTERNACIONAIS

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova, com nota 8,5, o Trabalho de
Conclusão de Curso

"As Relações entre Brasil e Venezuela (2003-2010):
formação de uma aliança estratégica"

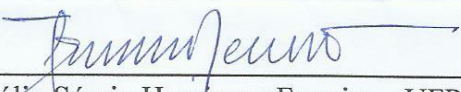
Elaborado por

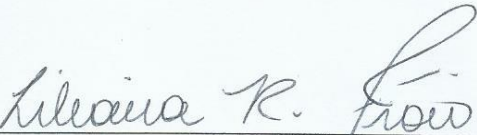
Yan Santos de Sousa

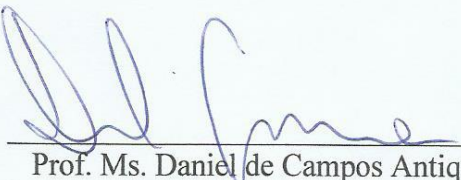
Como requisito parcial para a obtenção do grau de

Bacharel em Relações Internacionais.

COMISSÃO EXAMINADORA


Prof. Dr. Tullio Sérgio Henriques Ferreira – UFPB (Orientador)


Prof.^a Dr.^a Liliana Ramalho Fróio – UFPB


Prof. Ms. Daniel de Campos Antiquera - UFPB

João Pessoa, 22 de junho de 2016.

RESUMO

As relações bilaterais estabelecidas entre Brasil e Venezuela foram, por muito tempo, tidas como nulas. Até a década de 1970 elas eram vistas em termos amistosos mas longe de qualquer esforço de parceria. É a partir do final dos anos 1970 e início dos 1980 que se estabelece de fato um contato diplomático quantitativamente significativo e também de maior qualificação. Contudo, é só no século XXI que as relações entre as duas nações alcançam o que admitimos como “aliança estratégica”, a partir da entrada de Lula no comando do governo brasileiro e da afirmação de Hugo Chávez no poder central da Venezuela, o relacionamento entre os dois vizinhos sul-americanos alcançam um nível até então inédito. O presente trabalho desenvolve suas considerações a partir da hipótese da intensificação das relações bilaterais entre os anos 2003 e 2010, e tenta construir um escopo analítico que possa compreender os fatores que podem influenciar nesse movimento das relações, além da tentativa de compreensão da intensidade dessa modificação.

Palavras-chave: relações bilaterais; Brasil; Venezuela; aliança estratégica; Lula e Chávez.

ABSTRACT

Bilateral relations between Brazil and Venezuela have long been regarded as void. Until the 1970s they were seen on friendly terms but far from any partnership effort, its from the late 70s and early 80s that it establishes indeed a diplomatic contact quantitatively significant and also higher qualification. However, it is only in the XXI century that relations between the two nations reach to admit as the "strategic alliance", from Lula entry in charge of the Brazilian government and Hugo Chavez's statement on the central government of Venezuela, the relationship between the two south American neighbors have reached a level hitherto unpublished. This study develops his considerations from the hypothesis of intensification of bilateral relations between 2003 and 2010, and tries to build an analytical scope that can understand the factors that can influence this movement of relations, as well as attempt to understand the intensity of this modification.

Keys word: bilateral relations; Brasil; Venezuela; strategic alliance; Lula and Chávez.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	5
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	6
1.INTRODUÇÃO.....	10
2. HISTORICO DAS RELAÇÕES BILATERAIS.....	18
2.1 DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO.....	20
3. CONJUNTURA INTERNA.....	28
4. CHOQUES EXTERNOS.....	38
5. BUROCRACIAS E DIRETRIZES DE POLÍTICA EXTERNA.....	41
6. LÍDERES.....	49
7. CONCLUSÃO.....	52
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família. Especificamente meu pai pelo contínuo incentivo à busca pelo conhecimento, minha mãe pela compreensão e carinho diários e minha irmã pelo companheirismo de sempre.

Agradeço ao corpo docente do curso de Relações Internacionais da UFPB, que sempre se mostrou qualificado, solícito e capaz de repassar seus conhecimentos aos alunos, em especial ao Professor Túlio Ferreira, que me orientou, com valioso aporte, para o desenvolvimento do presente trabalho.

Aos colegas de curso, pela companhia e aprendizado que pude absolver deles. Aos meus amigos, pela compreensão da minha ausência ocasional. Finalmente, à minha namorada Hannah, pela enorme capacidade de me amar e me fazer feliz.

ABREVIATURAS E SIGLAS:

AD – Ação Democrática

ALBA – Aliança Bolivariana para os povos da Nossa América

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe

CEPALSTAT – Base de dados e estatísticas da CEPAL

COPEI – Comitê de Organização Política Eleitoral Independente

EUA – Estados Unidos da América

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MBR-200 – Movimento Bolivariano Revolucionário 200

MDIC – Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MRE – Ministério das Relações Exteriores

MVR – Movimento Quinta República

OEA – Organização dos Estados Americanos

PDVSA – Petróleos da Venezuela S. A.

PIB – Produto Interno Bruto

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

UNASUL – União das Nações Sul-americanas

1. INTRODUÇÃO

O entendimento sobre o desenvolvimento das relações bilaterais e de como estas são percebidas pelas nações é de suma importância para o estudo das Relações Internacionais. Na especificidade do presente trabalho, buscar-se-á a construção de uma análise das relações entre Brasil e Venezuela, mais especificamente a intensificação destas entre os anos 2003 e 2010, tendo como viés analítico principal o impacto da conjuntura política nesse aspecto (políticas externas, contexto internacional), e como as perspectivas político – ideológicas dos governos de ambos países funcionaram nesse movimento de intensificação.

A percepção sobre o desenvolvimento e atuação de um país no que tange as relações bilaterais estabelecidas por este em determinado período é interessante principalmente pelo fato de que os movimentos, quer sejam de afastamento quer sejam de aproximação em relação a outra nação, pode refletir a lógica política geral de seu governo. É a partir desta lógica que determina-se a maneira como são formatadas suas relações com a nação em questão. Sobre isso, Thiago Gehre e Alejandro Zurita (2011) trazem à luz de seu pensamento as definições do historiador francês Thomas Gomart, onde dizem que segundo este: “[...] as relações bilaterais podem ser compreendidas como um modelo de percepção, de construção e de representação da realidade” (GOMART, 2002 *apud*, GEHRE; ZURITA, 2011, p. 218).

Destacando ainda os pressupostos do trabalho dos autores brasileiro e venezuelano, uma compreensão fundamental para o desenvolvimento das relações entre duas nações é de como uma percebe a outra de acordo com as imagens transpassadas internacionalmente. Uma forma possível e útil de analisar a evolução das relações entre dois países e de como elas se estabelecem em um período específico, é justamente através dessa captura de imagens e de sua mútua percepção¹. (GEHRE; ZURITA, 2011)

As relações de cooperação e de integração pelos países do globo existem das mais variadas formas. Nesse sentido, é preciso que os estudiosos das relações internacionais busquem sempre a compreensão de como ocorre o processo dessas relações ao longo do

¹ De acordo com o trabalho destacado temos que no caso Brasil-Venezuela as imagens internacionais evoluiu de “[...]imagens distorcidas, de revolução e imperialismo; passou por imagens contrastantes de democracia e autoritarismo; e alcançou imagens sincrônicas e compartilhadas de liderança e parceria na construção de uma nova identidade do continente sul-americano.” (GEHRE e ZURITA, 2011, p. 218)

tempo, assim como é igualmente importante uma análise sobre o mérito específico delas, destacando as características, os interesses e as estratégias dos atores envolvidos.

Sobre isso, é preciso que o analista de relações internacionais tenha em si a consciência da complexidade da sociedade internacional, e que as relações nela inseridas são conduzidas segundo um amplo conjunto de regras, o cálculo de interesses e um determinado código de valores (CERVO, 2008).

Temos que ter a compreensão que as relações entre os países na cena internacional só será claramente desenvolvida se se tivermos em mente a variedade de fatores envolvidos no processo. Para o entendimento dessas relações é preciso pensar sobre os interesses específicos dos Estados, assim como analisar a política externa deles tendo em vista vetores internos como grupos de interesse, as burocracias e a influência de outros atores preponderantes no debate nacional. Só a partir da consciência desses fatores é que poderemos nos atentar sobre uma questão fundamental no estudo das relações internacionais: como são formadas as preferências dos Estados, e em consequência disto, suas estratégias (FRIEDEN, 1999).

Uma percepção que também é fundamental na análise é a de que a política externa dos países não é um fim, mas um importante instrumento para se alcançar objetivos específicos das nações no cenário internacional. Para isso temos que é função da política externa confluir os interesses específicos ao conjunto de regras e valores estabelecidos nas dimensões globais, regionais ou bilaterais (CERVO, 2008).

Outra noção que devemos ter no desenvolvimento da análise, é, em que medida, fatores externos (os quais estão fora do alcance da formação estatal) e os fatores subjetivos tem importância e influência na atuação real e nas relações estabelecidas pelos Estados no cenário internacional. Sobre isso, elementos como a conjuntura internacional, em âmbitos globais e regionais, a própria conjuntura política interna do Estado e as perspectivas ideológicas dos governos e suas expressões através de seus líderes, funcionam como vetores explicativos da atuação internacional dos países (HERMANN, 1990).

Vemos, portanto, que similitudes das ideologias políticas e a formação das políticas internas podem exercer influência na construção das relações internacionais. Sobre isso podemos citar, por exemplo, a fala do embaixador da Venezuela, no ano de 2012, no Brasil, Maximilien Arveloiz: “Aqui (América Latina), a política ordena a pauta

(de integração) e não o mercado financeiro.” Maximilien comentava em entrevista² à revista “Desafios do Desenvolvimento” (2012) do Ipea, de como o processo de integração na América Latina é visto em termos de uma construção política, e nessa lógica, torna-se fator essencial a ascensão de “uma geração de líderes e governos progressistas”.

A construção deste escopo analítico se baseará em dois aspectos principais: primeiro na demonstração histórica das relações entre esses dois países ao longo do tempo, como elas se desenvolveram, quais as diretrizes da política externa de cada país foram observadas no processo histórico estudado, e quais as imagens percebidas de uma nação pela outra. Um segundo aspecto é a percepção das relações brasileiro-venezuelanas na primeira década dos anos 2000, mais especificamente no período dos presidentes Lula e Chávez (2003 – 2010). Torna-se de suma importância desenvolver uma análise dos principais vetores na conformação das relações bilaterais entre Brasil e Venezuela, tentando compreender mais precisamente a importância da dimensão política nesse processo, como esta interfere e influencia nas relações e de como isso tem consequência em outras dimensões como a econômica (principalmente em termos comerciais), e na integração e cooperação em algumas áreas específicas como a energética e a de infraestrutura. Só assim poderemos entender em que medida ocorreu esse processo de intensificação nas relações, e de como esse incremento se insere no contexto do desenvolvimento de uma “parceria estratégica” entre os dois vizinhos sul-americanos.

O desenvolvimento de um estudo sobre as relações entre Brasil e Venezuela no corte temporal proposto é importante na medida em que entende-se que nesse período houve uma intensificação na integração entre estes países, muito por causa de certa convergência de interesses destes na política internacional, pela formação e afirmação de um cenário político doméstico que possibilitou isso, de uma afinidade ideológica entre os governos que facilitaria o diálogo e o desenvolvimento de parcerias, além de que essa intensificação funcionou bem no contexto da estratégia da política externa de ambos os países. O trabalho proposto procurará estudar os condicionantes fundamentais para um melhor entendimento da política externa nacional, tendo em vista que esta é um importante instrumento para o fomento do desenvolvimento do país.

O pressuposto acima admitido do incremento das relações entre Brasil e Venezuela nos anos 2000 pode ser assim apontado através da observação e comparação histórica. A construção analítica sobre esse processo torna-se mais importante em virtude

²Em:http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2821:catid=28&Itemid=23

da especificidade característica da política venezuelana e de como o tipo de processo visto naquele país é fundamental para a compreensão de sua sociedade e de sua atuação internacional, isso tendo em vista a relevância dos nossos vizinhos amazônicos para as relações exteriores do Brasil. O próprio Itamaraty estabelece as relações com a Venezuela como prioritárias, assim como cita o aumento delas entre os países na última década. Em seu site, na página sobre o vizinho do norte, o Itamaraty destaca o lançamento da parceria estratégica (2005), o estabelecimento de reuniões presidenciais periódicas (2007) e a incorporação da Venezuela ao Mercosul (2012) como marcos desse processo de aproximação. (Ministério das Relações Exteriores - MRE)

A perspectiva econômica e seu desenvolvimento comercial é fator básico e sensível no processo de alteração quantitativa das relações entre dois países, e que pode, por sua vez, ser reflexo de uma mudança qualitativa dessas relações. Nesse sentido, vemos como demonstrativo desse fortalecimento na interação entre os Estados o aumento significativo do fluxo comercial bilateral. Em 2003, a corrente de comércio bilateral, ou seja, o total de comércio transacionado pelos países foi de 883 milhões de dólares, já em 2010 o número registrado foi de 4,6 bilhões de dólares, atingindo o pico desse período em 2008 com 5,6 bilhões de corrente. Vale destacar que essa balança comercial é de caráter bastante superavitário para o Brasil (em 2010 houve superávit de mais de 3 bilhões de dólares), sendo ela o maior superávit comercial bilateral na região pelo Brasil. (Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio - MDIC)

No que tange a percepção sobre o incremento, pelo menos em termos quantitativos do diálogo estabelecido pelos governos centrais desses dois países, podemos observar o número de visitas oficiais. Sobre isso fica claro que a partir da entrada de Lula na presidência do Brasil, aumentou o interesse venezuelano no estabelecimento de diálogo frequente em relação ao antecessor presidencial Fernando Henrique Cardoso. Entre 2003 e 2010 a Venezuela foi o país, entre todos do globo, que mais fez visitas oficiais ao Brasil, um total de 20 visitas no período. Já entre 1999 e 2002, Chávez se deslocou para o Brasil apenas três vezes. A relação contrária também pode ser vista, sendo a Venezuela, no que diz respeito a encontros bilaterais, a nação que mais recebeu visitas oficiais brasileiras, em termos da tratativa de assuntos de âmbito bilateral, somando um total de 13 entre os anos de 2003 e 2010³. (MRE)

³ Informações na página sobre a Venezuela no site do MRE. Em: http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5411&Itemid=478&cod_pais=VEN&tipo=ficha_pais

Outra forma de entender e analisar esse processo de aproximação entre esses dois vizinhos sul-americanos, é através da contextualização disto dentro das concepções gerais sobre a ação de suas políticas externas. Nessa conjuntura, podemos compreender a intensificação demonstrada como consequência de uma confluência estratégica, pois tanto Brasil como Venezuela – no período comum entre 2003 e 2010 – estabeleceram grande importância na valorização da integração regional da América do Sul. (CERVO, 2003; GEHRE, 2011; VIZENTINI, 2003; ZURITA, 2007)

No que diz respeito a esses objetivos e estratégias comuns entre Brasil e Venezuela em sua atuação internacional, Amado Cervo ainda no início da década, em texto escrito em 2001, aponta para uma série de parâmetros comuns entre esses dois países sobre suas visões de mundo e estratégia de atuação externa.

Essa convergência se estabelece mediante a comum adoção dos seguintes parâmetros: a) o conceito de globalização assimétrica como correção ao conceito neoliberal de globalização benéfica; b) o conceito político e estratégico de América do Sul; c) o reforço do núcleo central robusto da economia nacional como condicionante da interdependência global; d) a prévia integração da América do Sul como condicionante da integração hemisférica; e) a percepção de nocividade da Associação de Livre Comércio das Américas-ALCA, caso se estabeleça sem os condicionamentos anteriores e sem a reciprocidade comercial efetiva; f) a reserva ante o aspecto militar do Plano Colômbia; g) o repúdio a qualquer presença militar norte-americana e a seus vôos na Amazônia; g) a decisão de não privatizar o setor petrolífero. (CERVO, 2003, p. 173)

É possível, pelo prisma brasileiro, visualizar inclusive de forma oficial, como a América do Sul torna-se área prioritária no desenvolvimento de suas relações exteriores, como explicitado no balanço do MRE sobre as ações de política externa no período entre 2003 e 2010. “A América do Sul é o eixo prioritário de nossa política externa, tendo o Mercado Comum do Sul (Mercosul) como núcleo central. Para este continente foram dedicados esforços necessários no sentido de avançar no processo de integração.” (MRE, 2010 a, p. 18)

Tendo em perspectiva o contexto apresentado e importância destacada, o presente trabalho constará além dessa seção introdutória, seguida da explicitação dos objetivos a serem alcançados e métodos utilizados, de uma seção para a construção do quadro histórico das relações entre as duas nações estudadas, de uma seção seguinte sobre a conjuntura interna de Brasil e Venezuela no período estudado, posterior a isso uma demonstração de choques externos considerados importantes segundo os objetivos do trabalho, depois disso uma caracterização sobre a atuação oficial dos países e suas

principais diretrizes no âmbito das políticas externas nos governos de Lula e Chávez, posteriormente uma rápida descrição sobre o perfil e atuação individual de Lula e Chávez. Por fim, uma seção conclusiva constando a análise própria sobre o assunto de acordo com a metodologia apresentada.

O presente trabalho se propõe a estudar o objetivo amplo do desenvolvimento das relações entre Brasil e Venezuela no período entre os anos 2003 e 2010, através da hipótese de que estas sofreram um movimento de adensamento em relação a outros períodos. Dito isto, estabelece-se ainda ao menos três objetivos específicos:

1. Construir um quadro histórico das relações bilaterais entre Brasil e Venezuela, através de sua descrição e caracterização ao longo do tempo.
2. Entender como as relações bilaterais foram ou não modificadas, tendo em vista principalmente a influência de fatores como: a perspectiva ideológica e atuação dos chefes de governo, a formatação dos interesses e objetivos na política externa e sua aplicação pela estrutura oficial dos países, suas conjunturas internas, além da inserção internacional dos dois países considerando o cenário mais amplo observado.
3. Por fim, analisam-se as eventuais mudanças nas relações bilaterais buscando-se aferir a intensidade de tais alterações.

Os diferentes aspectos a serem analisados no trabalho proposto possuem naturezas distintas. Sendo assim, demandam a combinação de diferentes métodos para sua análise.

Nessa conjuntura, podemos entender a análise em diferentes camadas de explicação e também de percepção. Se tivermos em mente os objetivos supracitados, perceberemos a descrição histórica, a análise de políticas e tomadas de decisão sobre política externa, para isso nos servirá o modelo de Hermann (1990) (que será posteriormente descrito), além de uma análise mínima de dados.

Para a construção do panorama histórico do tema, será feita a revisão bibliográfica de obras descritivas já existentes. A análise de políticas e práticas, como a política externa dos países ou a qualificação dos interesses dos Estados na cena internacional, será feita através da revisão bibliográfica de análises e percepções já previamente construídas nas áreas da análise de política externa e historiografia, de mesmo modo será feito para a demonstração e utilização de conceitos das relações internacionais. Nesse sentido, as obras utilizadas (artigos, teses, livros) são encontradas na internet em portais de pesquisa

como o portal de periódicos da Capes, o google acadêmico, portal domínio público e a base de publicações ebrary, além de acervo próprio.

No que tange a análise de dados específicos, nos atentaremos para aqueles pertinentes aos objetivos propostos. Sobre isso, uma ampla gama de dados podem ser retirados através de publicações oficiais do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), além de sites oficiais do governo da Venezuela; não obstante a isso publicações de organismos internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) também deverão ser usadas.

O Itamaraty possui portal com base e acesso suficiente para quantificar todos os acordos bilaterais, assim como para descrevê-los em seus conteúdos. Sobre a análise dos processos de integração nas áreas específicas selecionadas, será feita uma revisão bibliográfica sendo utilizados os mesmos portais de pesquisa citados anteriormente; ressaltando sempre o caráter multidisciplinar da pesquisa, o material utilizado como fonte não dirá respeito somente a estudiosos da área de relações internacionais.

O esforço analítico próprio, baseado nos pressupostos teóricos válidos e na descrição histórica desenvolvida, também será considerado em termos de método da construção do trabalho. Para essa análise tomaremos como base o modelo desenvolvido por Charles Hermann (1990).

Hermann constrói um modelo de análise para entender as motivações dos governos modificarem suas respectivas políticas externas. Para isso, tem-se como variáveis explicativas alguns fatores específicos que serviriam de vetores nessa conformação, sendo eles: a atuação dos líderes, o papel das burocracias, a reestruturação doméstica e os choques externos. Tendo em vista a influência desses elementos e o tipo de mudança da atuação governamental, diferentes graus de mudança são observáveis: mudanças de ajustes, mudanças de programa, mudanças de problema/objetivos e alterações na orientação internacional. Os ajustes são vistos em termos de modificações de maior ou menor esforço aos objetivos do país, o que é decidido, a forma como ocorre e os propósitos das decisões permanecem constantes; as mudanças de programa envolvem a alteração dos meios pelos quais o país busca alcançar seus objetivos internacionais, vemos aqui, diferentemente dos ajustes, uma transformação qualitativa; mudanças de problema/objetivos acontecem quando os objetivos iniciais são substituídos ou abandonados, nesse caso as propostas iniciais da política são substituídas por novas; por

fim, nas mudanças de orientação vemos um completo redirecionamento na atuação internacional dos Estados, é o nível mais extremo de mudança, modifica-se completamente o modo de inserção internacional do país. Temos então a possibilidade de entender as mudanças em política externa dos países em uma escala gradativa crescente de análise: mudanças de ajustes, de programas, de problemas/objetivos e por último alterações na orientação internacional. (HERMANN, 1990)

No sentido dos elementos que originam as mudanças, temos que os líderes políticos e suas ações podem servir de motor fundamental para estas mudanças (atores como os presidentes ou algum ministro ou alto funcionário em política externa podem ser considerado nesse sentido). “O líder deve ter a convicção, o poder e a energia para fazer com que seu governo mude de rumo ou ao menos o redirecione” (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 278). Pela perspectiva das burocracias, vemos que estas possuem poder de mudança quando ao menos um grupo dentro da máquina governamental defende alterações na política, sendo esse grupo sustentado pelo apoio de lideranças nacionais. A reestruturação doméstica se mostra influente a medida em que parte ou partes importantes da sociedade nacional demonstram capacidade para alterar os rumos da política externa de acordo com seus próprios interesses e objetivos. Por fim temos nos choques externos modificações e eventos no cenário internacional suficientemente importantes para alterar a percepção dos formuladores de política sobre o curso de ação a ser tomado, esses choques podem ser de diferentes tipos (econômicos, mudança na estrutura de poder ou no funcionamento do sistema internacional, etc.). Importante destacar que esses elementos não são excludentes entre si para a construção analítica, a percepção sobre o caráter de modificações no âmbito da política externa passa pela interseção deles na tomada de decisão. (HERMANN, 1990)

Admitindo os pressupostos de Hermann, procuraremos entender o nível e a qualidade da mudança nas relações Brasil-Venezuela (entre 2003 e 2010). E, nesse escopo analítico, pontuaremos as variáveis levantadas pelo modelo, tentando aferir o nível de importância delas para o incremento das relações bilaterais.

2. HISTÓRICO DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Em virtude da corroboração da hipótese de que houve de fato uma intensificação das relações entre Brasil e Venezuela no período de 2003 a 2010, faz-se necessário uma descrição histórica delas, e a partir de então uma comparação entre o corte temporal específico e seu período anterior.

A formação desse contexto histórico se dará, fundamentalmente, através de caracterizações gerais das relações feitas por estudiosos do tema. Uma maneira interessante para observar esse processo é por meio do entendimento das características, afinidades e rivalidades entre os dois vizinhos subcontinentais ao longo do tempo.

Segundo Thiago Gehre (2011), o que vemos entre Brasil e Venezuela é o desenvolvimento do que ele chama de “parceria relutante” ao longo de mais de dois séculos de relações (1810 - 2012). Ele argumenta que a interação entre esses dois países aconteceram de acordo com duas tendências básicas observadas nas práticas de um para com o outro: uma tendência de relutância e outra de parceria. Essas duas tendências não foram vistas necessariamente de forma cíclica, mas muitas vezes simultaneamente. Gehre nos mostra que essas duas características se afirmaram ao longo da história e que foram base para a construção das bases materiais e ideacionais das relações entre os países.

Pela caracterização de Alejandro Zurita (1995), o que é possível de observar é que as relações da Venezuela para com o Brasil são as com menor nível de antagonismo em relação a todos vizinhos venezuelanos; ele denomina, então, de “relação amistosa”. No entanto, o autor venezuelano ainda fala que, em um quadro geral, as relações diretas entre as duas nações foram essencialmente de caráter longínquo até a década de 1970, quando em 1973 ocorreu a primeira reunião presidencial entre os dois países. A partir de então houve uma aceleração no processo de integração entre eles.

Amado Cervo (2003) traz para seu pensamento, um panorama conjuntural a partir da década de 1970, tendo em vista que o que se via antes disso eram interações praticamente obrigatórias, de cunho fronteiriço ou gerais, desprovidas de intencionalidades para uma parceria, mas que de forma geral foram não conflitantes e benéficas. Nessa conjuntura ele argumenta que as relações Brasil - Venezuela podem ser caracterizadas como cooperativas e convergentes; cooperativas a partir da década de setenta, e convergentes a partir de 1999 com a ascensão de Hugo Chávez à presidência venezuelana. Por essa perspectiva, ele destaca dois momentos específicos (ambos de

iniciativa brasileira) que iniciaram de fato o estreitamento das relações bilaterais: a diversificação de fornecedores externos de petróleo depois do primeiro choque internacional em 1973 e a ideia de integração regional implementada pelo então presidente do Brasil, José Sarney, em 1985 (esta se baseava no desenvolvimento de eixos bilaterais).

Segundo o internacionalista e ex-embaixador venezuelano Edmundo Urrutia, durante muito tempo o Brasil significava para a Venezuela um “vizinho ausente”. Ausência essa explicada por fatores inevitáveis como a muralha fronteiriça que a floresta amazônica representa, mantendo assim grande distância nas interações políticas, sociais e culturais, assim como diferenças sensíveis no campo da organização política.

Em termos amplos não há como fugir desse tipo de determinação. Durante muito tempo o que se percebia era um tipo de relação amistosa, sem grandes rivalidades, mas que por distintas e variadas razões não conseguiam avançar para um nível mínimo de parceria. É por essa conjuntura que os marcos históricos tido como pontos de virada nesse tipo de relação tornam-se mais importantes ainda.

A década de 1970 é vista por muitos autores como marco temporal inicial das relações de eficácia real. Isso porque foi a partir de 1979 que se deu de fato a intensificação das relações diretas entre os países, antes disso o que víamos era uma relação amistosa, mas de muito pouca interação econômica e mesmo política entre os vizinhos (o primeiro encontro presidencial só ocorreu em 1973) (LIMA; KFURI, 2007). A caracterização das ações e trabalhos bilaterais entre os vizinhos amazônicos antes dessa década é tida como a de “vizinhos distantes”, já depois de 1979 fala-se de uma “aproximação estratégica” e que a partir de 1990 houve um “aprofundamento qualitativo nas relações Brasil - Venezuela” (NUNES, 2011).

Um bom instrumento para analisar, ao menos em níveis quantitativos, as relações entre dois países ao longo do tempo, é a quantidade de atos internacionais firmados. “O ato internacional é um dos mais importantes instrumentos da política externa. Portanto, um dos indicadores mais objetivos e eloquentes da atividade diplomática é o volume de atos internacionais celebrados.” (MRE, 2010 b, p. 3).

Sobre isso, de acordo com o MRE, vemos que de 1852 (data do primeiro ato celebrado entre Brasil e Venezuela) até o ano de 2010, foram 132 atos entre as duas nações (dos mais variados tipos: tratados, acordos, ajustes complementares, protocolos, memorandos, etc.). Dentro desse amplo período, temos que entre 1852 e 1979 foram 28 atos celebrados, já de 1980 até 2010 celebraram-se 104 atos. Fica evidente a diferença no

nível das relações estabelecidas no pré e pós década de 1970, houve de fato grande intensificação no nível de diálogo e ações cooperativas. Ainda por esse aspecto, no período entre 2003 e 2010 fica mais destacado ainda esse processo de intensificação, vê-se que apenas na “era Lula – Chávez”, foram 60 atos internacionais bilaterais firmados. (MRE – Sistema Atos Internacionais)

2.1 DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO

As relações entre Brasil e Venezuela tem sua formação como herança de seus processos de independência e das suas conjugações com as metrópoles Portugal e Espanha. Nesse âmbito, o que observamos é que em 1810 se inicia a luta pela emancipação venezuelana em relação ao poderio espanhol sob a liderança de Simón Bolívar. Já no Brasil temos como marco histórico o ano de 1808, quando o país, ainda colônia portuguesa, recebe a família real. Já na década de 1820, os dois países sofrem transformações em sua organização social e política. Em 1822 o Brasil declara sua independência em relação a Portugal, e entre 1822 e 1826 acontecem as campanhas militares lideradas por Simón Bolívar que tem como consequência o aparecimento das repúblicas hispano-americanas, entre elas a Venezuela. Começava então, a necessidade de se estabelecer relações entre as duas nações (à época Império do Brasil e a recém-formada república da Venezuela), essa inevitabilidade de relações entre eles se dava por uma questão simples e impossível de ser negada, a geografia. (GEHRE, 2011)

À época o que se via era uma Venezuela, em termos de objetivos no cenário internacional, buscando a difusão dos ideais republicanos, formando alianças com os vizinhos e a dispensar o tratamento em relação às grandes potências; em termos diretos com o Brasil, almejava o diálogo sobre fronteira, navegação e também sobre modelo de regime político. O Brasil por sua vez, tinha como preocupação o reconhecimento internacional pelas grandes potências, e por esse entendimento, determinou como objetivo prioritário da política externa imperial o ajuste de suas fronteiras com os vizinhos sul-americanos (GEHRE, 2011).

O teor das relações bilaterais nesse momento se restringiam a questões da afirmação das fronteiras, como seria possível desenvolver marcos jurídicos legais no sentido de estabelecer fronteiras estáveis. Em termos quantitativos as relações eram mínimas, tendo em vista que os núcleos nacionais estavam muito distantes um do outro

(em termos geográficos mesmo), assim como a priorização em relação a outros países limítrofes; enquanto a Venezuela voltava seus esforços regionais para o Caribe, o Brasil focava atenções para a região da Bacia do Prata. (ZURITA, 1995)

As diferentes perspectivas externas entre os países, assim como algumas conformações internas de cada um, acabaram distanciando um do outro e caracterizando as relações por “traços de relutância”. Podemos falar de uma relação amistosa em termos, as relações eram muito mais de caráter nulo do que essencialmente boas. A grande extensão territorial do Brasil, os diferentes modelos de governo (tendo em vista que o Brasil permaneceu monarquia até 1888, enquanto na Venezuela havia uma república), a vontade de revisão das fronteiras por parte da Venezuela e em oposição a isso a satisfação brasileira com os limites territoriais, funcionaram como fatores causais dessa primeira demonstração da tendência de relutância nas relações bilaterais (GEHRE, 2011).

A caracterização desse primeiro momento histórico nos descreve um cenário onde as relações estabelecidas eram de caráter basicamente obrigatório, tendo em vista a inevitabilidade geográfica. Observa-se, entretanto, que os modos organizacionais distintos, as diferentes sociedades e interesses conflitantes distanciavam Brasil e Venezuela.

Um ponto de transformação, não só nas relações Brasil – Venezuela, mas no contexto global como um todo, ocorreu na década de 1940 com o fim da Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, o início da Guerra Fria. Tendo isso em mente, as políticas externas de Brasil e Venezuela tomaram para si duas orientações básicas: a primeira era que a América do Sul ganhava maior importância estratégica (ela era agora uma referência de interesses comuns); a segunda falava do medo da dominação econômica e da expansão imperialista. É nesse contexto que a relação entre as duas nações passam a ser norteadas por “[...] contendas diplomáticas, falsos planos de invasão, percepções negativas e visões do outro emanadas das missões diplomáticas e das chancelarias, repletas de veleidades hegemônicas ou imperialistas e carregadas de uma pretensa superioridade brasileira.” (GEHRE, 2011, p. 19)

O que se tem, portanto, é que no período entre 1940 e 1962 as relações bilaterais acabaram em uma ruptura. Alguns elementos podem ser elencados para isso: falta de intensidade diplomática e política, baixo nível de relações comerciais, mudanças internas que impactaram diretamente na política externa, e finalmente a doutrina Betancourt (GEHRE, 2011).

A doutrina Betancourt que em última instância foi responsável pela suspensão por parte da Venezuela das relações diplomáticas entre os dois países em 1964, já que tal doutrina de atuação internacional só reconhecia, e conseqüentemente mantinha relações, com governos legitimamente eleitos, tendo em vista as regras constitucionais vigentes. (CERVO, 2003)

Apesar da transformação da orientação da política exterior dos dois Estados no sentido da valorização do sentimento de vizinhança, o que prevalecia eram as características de relutância. É por essa perspectiva que argumenta-se que “a primeira característica indenitária do bilateralismo brasileiro – venezuelano estaria representada por ‘traços de relutância’.” (GEHRE, 2011, p. 19)

Uma importante noção a se ter dessa época e que influencia diretamente no tipo e no nível das relações entre Brasil e Venezuela, é o tipo de política externa adotada pelos venezuelanos nas décadas de 1950 e 1960, sendo essa caracterizada por um isolacionismo regional. (CERVO, 2003)

Após a iniciativa malograda de hegemonia regional dos anos cinquenta, a Venezuela haveria de refluir para o isolacionismo nas décadas seguintes. Relutou em aderir à ALALC, mantinha-se fora do GATT, opôs-se a qualquer projeto de integração, desdenhou o terceiro-mundismo e abriu confronto, em nome da doutrina Betancourt, tanto com o regime esquerdista de Fidel Casto, quanto com os regimes militares que se espalhavam pela América do Sul. Voltou-se para os Estados Unidos, o grande mercado de exportação, e para o protecionismo, com o intuito de expandir a indústria interna. Esse último fator engendrou a hostilidade dos países vizinhos, propensos em vão a intercambiar petróleo pelo mercado venezuelano de manufaturados. (CERVO, 2003, p. 158)

Essa característica isolacionista da Venezuela fez com que as relações desse país com seus vizinhos sul-americanos ficassem esvaziadas quantitativamente e mais ainda qualitativamente. A essa altura, o Estado venezuelano acionava a Organização dos Estados Americanos (OEA) para aplicar sanções aos regimes ditatoriais do continente. É nessa conjuntura que após o golpe militar de 1964 no Brasil, “as relações bilaterais permaneceram frias”. (CERVO, 2003)

Outro aspecto característico apontado por Amado Cervo, é que na época do século XX, a Venezuela tinha para si um pensamento de superioridade em relação aos seus vizinhos sul-americanos, isso por causa de sua maior importância econômica, tendo em vista sua riqueza petrolífera, além de uma superioridade política, muito em virtude de tradição democrática, iniciada com Rômulo Betancourt em 1959. Em última instância, o

desenvolvimento desse tipo de pensamento acabava por afastar ainda mais a Venezuela de seus vizinhos, inclusive o Brasil. (CERVO, 2003)

Foi só a partir da década de 1970 que Brasil e Venezuela começaram a estabelecer uma relação de fato, iniciou-se o contato político institucionalizado e as intensões para a fomentação de possibilidades de parceria foram fundamentadas.

Segundo Thiago Gehre, “[...]as políticas exteriores de Brasil e Venezuela assumiram uma trajetória de convergência a partir de 1969, não em termos de coincidência ideológica ou alinhamentos políticos, mas como reflexo da compreensão sobre a existência de um horizonte estratégico comum” (GEHRE, 2011, p. 20).

Na percepção desse período, vale salientar justamente esse caráter da disposição inicial dos dois países de romper com a lógica de relutância existente nas relações. Assim, é possível falar em uma fase de transição entre um período de preponderância da tendência de relutância para um período de preponderância da tendência de parceria. Isso só foi possível pela implementação de um diálogo político minimamente constante, pela desconstrução das animosidades (principalmente em termos de questões fronteiriças) e pelo melhoramento das imagens que um nutria pelo outro.

Um marco importante a ser destacado pelo lado venezuelano que também funcionou no sentido da reativação nas relações bilaterais entre as duas nações foi a suspensão da doutrina Beatancourt pela administração do presidente Rafael Caldera, por considerar que esta contribuía para o isolamento venezuelano. (ZURITA, 1995)

Ao final da década de 1970 firmou-se um importante marco histórico a ser citado, pelo menos em termos de cooperação estratégica, a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA)⁴, de 1978, que foi firmado por oito países da região, dentre eles Brasil e Venezuela (LIMA; KFURI, 2007). Sobre esse período Zurita nos fala que “sob a administração do Presidente Carlos Andrés Pérez, o contexto internacional e nacional entre os dois países mudou a favor de melhores condições de negociação e aproximação.” (ZURITA, 1995, p. 124)

Chegado os anos 80 o que observamos é que as relações que só começaram a existir em bases materiais de fato na década anterior, consolidam-se e demonstram uma tendência de intensificação mais forte. A partir da volta da legalidade democrática ao

⁴ O TCA foi desenvolvido por iniciativa brasileira com o objetivo básico de “[...]promover o desenvolvimento harmônico da região e o bem-estar das populações, além de reforçar a soberania dos países sobre seus territórios amazônicos.” (MRE – em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/691-organizacao-do-tratado-de-cooperacao-amazonica-otca>)

Brasil, as interações bilaterais tem perspectivas renovadas. A cooperação atinge a partir de então, um nível muito maior de “maturidade e dinamismo”. (URRUTIA, 2011)

Outro aspecto que merece atenção nesse contexto de melhoramento no relacionamento entre as duas nações foi a coincidência conflitante de interesses observada. Durante a década de 1980 o que tornou-se perceptível foi a convergência de intencionalidades pela busca de uma liderança regional pelos dois países, essa busca provocou um certo nível de desconfiança entre eles. Contudo, foram justamente as desconfianças construídas que serviram de impulso para o desenvolvimento de uma política externa convergente, principalmente em termos das relações bilaterais, tendo em vista duas características principais: a promoção de forças do entorno regional, que possuía pouca influência no cenário global, e o contrabalanceamento mútuo de capacidades (era uma maneira de um refrear as intensões de liderança regional do outro) (NUNES, 2011).

Com a entrada de José Sarney na presidência brasileira, o que se viu foi a tentativa da construção de um eixo Brasil-Venezuela de integração e desenvolvimento. Ele e seu par venezuelano, Jaime Luzinchi, firmaram em 1987 o Compromisso de Caracas, que em suma, estabeleceria um eixo regional forte o suficiente para induzir o processo de integração ao Norte. No entanto, o que aconteceu foi uma relativa marginalização desse processo frente a priorização dada pelo Brasil para a integração da região do Cone Sul. (CERVO, 2003)

Os anos 80 também ficariam marcados pela maneira como as relações entre os países sul-americanos foram influenciadas pela crise da dívida, e nesse sentido via-se no fomento à integração regional uma forma de aliviar os efeitos danosos dessa crise. No campo político um fator favorável já citado para esse processo, foi a consolidação democrática. (FRANKLIN, 2012)

Esse período de transição entre as décadas de 1980 e 1990 é fundamental para a compreensão do desenvolvimento do contato bilateral entre Brasil e Venezuela. Podemos falar que essa época é tida como o embasamento para um diálogo mais frequente e institucionalizado, os dois países começaram a se reconhecer como parceiros com grande potencial estratégico, além de que as diferenciações políticas que eram motivos para um distanciamento foram totalmente modificadas.

Constitui-se então, uma alteração no que diz respeito ao próprio conteúdo do diálogo, das ações e interações conjuntas. Há uma intensificação no teor qualitativo das relações Brasil – Venezuela (NUNES, 2011). Em meados dos anos 90 vislumbrava-se um

processo de aproximação econômica, segundo Zurita na América do Sul: “a progressiva melhoria das vias de comunicação, a expansão do mercado, o crescimento do parque industrial regional e os novos propósitos de vinculação de alguns segmentos do processo produtivo, assim como fatores exógenos estão operando um reagrupamento dos países da área.” (ZURITA, 1995, p. 129) Dentro desse contexto a Venezuela passa a ser parceiro fundamental para os interesses brasileiros, tendo em vista principalmente a sua grande produção de petróleo.

Em contornos gerais, a interação direta entre Brasil e Venezuela, durante a década de 1990, acabou como em grande parte do globo, sendo influenciada pelas consequências de eventos internacionais como o fim da União Soviética, a reaceleração da mundialização da economia internacional e a própria conformação dos blocos regionais; não obstante a isso vimos o *boom* na prática de políticas neoliberais⁵. Ainda assim, uma característica que vale destaque no que tange às relações Brasil–Venezuela nesse período foi a qualificação destas. Isso foi visto através da formação de acordos de cooperação e integração específicos e que serviram como base para as relações futuras (por exemplo: o Protocolo de La Guzmania) (LIMA; KFURI, 2007).

Urrutia nos descreve um cenário bastante positivo no sentido da afirmação e aprofundamento das relações bilaterais:

A década de noventa situa as relações bilaterais em um de seus melhores momentos, respondendo, assim, a interesses convergentes dos países vizinhos. Os encontros presidenciais tornaram-se cada vez mais frequentes, e a agenda comum se expandiu a temas ecológicos, meio ambiente e segurança das fronteiras, para citar alguns. (URRUTIA, 2011, p. 107)

A “limpeza” das percepções negativas, a construção de objetivos comuns e o melhor entendimento entre as partes, nortearam e serviram de base para o incremento da integração entre os vizinhos amazônicos. O período de 1979 a 1997 foi caracterizado pelo desenvolvimento de soluções para problemas na fronteira, pela intensão comum de resolver questões como as crises envolvendo indígenas e garimpeiros, e também pela recolocação da democracia como valor primordial. (GEHRE, 2011)

A América do Sul viu na primeira década de 2000 a ascensão de muitos governos de centro–esquerda ou também chamados de progressistas, e nesse cenário, a percepção

⁵ Políticas estas que eram baseadas nas determinações e indicações do Consenso de Washington, o qual tornou-se receituário neoliberal básico para o ajustamento macroeconômico dos países em desenvolvimento com dificuldades econômicas.

dos países pelos seus vizinhos continentais sofreu sensível alteração, tendo em vista uma afinidade ideológica e uma aproximação de interesses na política internacional. É nesse contexto que se destaca a aproximação entre os governos brasileiro e venezuelano, principalmente a partir de 2003, sob a perspectiva da chegada ao poder dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil e Hugo Chávez Frías na Venezuela.

Em verdade, observa-se que desde a entrada de Chávez na presidência venezuelana (1999), ainda em tempos de Fernando Henrique Cardoso no Brasil, o processo de melhoramento e incremento nas relações bilaterais já descritas nos anos anteriores, sofreu maior adensamento. Logo da eleição de Chávez, as primeiras indicações já demonstravam a intensão futura de formatar uma parceria estratégica com o Brasil. (URRUTIA, 2011) Um marco a ser destacado nesse aspecto é a assinatura da Declaração Presidencial de Caracas⁶ por Chávez e FHC no ano de 2000, ela visava impulsionar as relações bilaterais entre as duas nações e destaca a necessidade de atualizar o Protocolo de La Guzmania. (LIMA; KFURI, 2007)

À parte a retórica diplomática, nunca Brasil e Venezuela estiveram tão próximos como desde que Hugo Chávez se elegeu presidente da república, em 1998. O conhecimento mútuo da realidade de cada um dos países parece estar aumentando, enquanto, no campo econômico, os negócios dos brasileiros em solo venezuelano ganham fôlego novo. (UCHOA, 2003, p. 236)

O desenvolvimento desse estreitamento das relações já ficava evidente à época de FHC, mas a partir da ascensão de Lula ao poder isso ocorreu de maneira mais efusiva e entusiasmada. (GEHRE, 2011) Fala-se de uma “nova era histórica” nas relações a partir de 2003, chegando ao nível de “relações estratégicas” depois de 2005. Fatores estratégicos, como o potencial energético e a posição vantajosa frente ao Caribe por parte da Venezuela, e o grande potencial industrial brasileiro, se somaram a uma maior valorização do contorno sul-americano pela política externa desses países, no sentido do aumento da interação entre eles. (ZURITA, 2007)

O desenvolvimento de uma aliança estratégica entre Venezuela e Brasil a partir de 2003, ocorreu em uma situação de “associação econômica privilegiada” e também de uma “amizade e coincidência ideológica” entre seus governos. (URRUTIA, 2011)

⁶ Fala-se na Declaração de “[...]dar novo ímpeto ao conjunto das relações entre o Brasil e a Venezuela;” “[...]estreitar ainda mais os vínculos que unem Brasil e a Venezuela...” “[...]necessidade de cooperar de maneira solidária para dar respostas eficientes às crescentes demandas de ordem social que emergem das respectivas sociedades”. (MRE, 2000, p. 1)

Pela primeira vez, os dois vizinhos pareciam prontos a aproveitar todo o seu potencial: dois países grandes, que poderiam juntar forças num esforço comum para colocar os temas da pobreza e desigualdade na agenda mundial, como fariam em seus países – conforme o discurso dos governantes. (BACOCINA, 2008, p. 18)

Um marco interessante para vislumbrar essa maior solidariedade e intensificação no diálogo entre Brasil e Venezuela e seus respectivos governos, foi quando em 2003, por iniciativa brasileira, foi criado o Grupo de Amigos da Venezuela – composto por Brasil, Chile, Espanha, Estados Unidos e Portugal -, grupo este que visava ajudar na estabilidade política venezuelana através da contensão das pressões sobre o governo Chávez. (FRANKLIN, 2012; URRUTIA, 2011)

A consequência mais evidente do estreitamento nas relações entre os dois países foi a formação de uma “aliança estratégica” entre os anos de 2003 e 2006, aliança a qual, foi afirmada por grandes projetos de infraestrutura, na participação ativa do capital brasileiro na economia da Venezuela, no diálogo de alto nível entre as autoridades dos dois países, mas, principalmente pela cumplicidade política entre os presidentes Lula e Chávez. A partir de 2007 algumas implicações foram vistas para o travamento dessa parceria, principalmente o Brasil demonstrou recuo em relação à Venezuela; fatores como a disputa pela liderança energética regional e os investimentos venezuelanos em suas forças armadas funcionaram como fomento para isso. Contudo, a lógica da parceria não foi rompida, pelo contrário, as relações bilaterais continuavam sendo valorizadas de acordo com os próprios interesses dos países – o Brasil mostrava vontade e disposição para a entrada da Venezuela no Mercosul e os venezuelanos ansiavam pela afirmação do Brasil como uma referência na política internacional. (GEHRE, 2011)

3. CONJUNTURA INTERNA

BRASIL

O período de análise aqui proposto diz respeito ao período coincidente dos governos Hugo Chávez em território venezuelano e Lula da Silva no Brasil; as demonstrações já desenvolvidas sobre a Venezuela nos aponta para sensíveis mudanças em seu contexto político interno e que isso teve poder e intenção de refletir nas ações do Estado em todas as áreas de atuação, inclusive na política externa – como ainda será demonstrado –. Mas no âmbito brasileiro que mudanças puderam ser observadas? Houve de fato mudanças significativas na atuação governamental e na relação do Estado e suas funções?

Em termos de gestão política, as eleições presidenciais de 2002 marcam um importante fato histórico no Brasil: pela primeira vez na história vencia um candidato de um partido de esquerda. Acabava a gestão Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002) do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e assumia Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT). Lula, após três tentativas frustradas, vencia a corrida pelo cargo político mais importante da nação, ele faria isso derrotando no segundo turno o candidato do PSDB, José Serra, com 61% dos votos válidos (Serra obteve 39%). O importante sobre esse contexto eleitoral da ascensão de Lula é entender o porquê dela ter ocorrido da forma como foi (22% de votos a mais que o candidato apoiado pelo então presidente). De acordo com a análise de Yan Carreirão (2004), isso ocorreu justamente por causa do antigo presidente Fernando Henrique. Sobre isso ele nos atenta para o fato de que a eleição de um candidato do PT não significou apoio popular aos ideários da esquerda, ela foi vista muito mais “[..]como fruto da canalização do descontentamento da maioria do eleitorado com o governo Fernando Henrique Cardoso em direção à candidatura que representou o núcleo duro da oposição àquele governo.” (CARREIRÃO, 2004, p. 179)

Para demonstrar isso podemos observar, por exemplo, os índices de avaliação do presidente Fernando Henrique à época da campanha eleitoral de 2002. Segundo dados do Datafolha, a partir de julho de 2002 até o fim do mandato, as opções de ruim/péssimo e regular somadas, sempre se mantiveram acima dos 70% (sendo ruim/péssimo sempre acima de 30%), enquanto que ótimo/bom alcançou o máximo de 27% nesse mesmo

período. Esses níveis entram em contraste direto com os índices do primeiro mandato de FHC: ao longo de 4 anos de mandato os níveis de ruim/péssimo nunca foram maiores que os de ótimo/bom. Esses números revelam o sentimento de decepção popular em relação a gestão tucana, e assim sendo, a partir das eleições de 2002 haveriam que ocorrer mudanças em relação as políticas governamentais praticadas. É nesse contexto que a candidatura petista ganha força e afirma-se como principal candidatura de oposição ao longo da campanha eleitoral. Em 27 de outubro Lula é eleito para a presidência da república. (CARREIRÃO, 2004)

Lula chega ao planalto central abastecido de esperança popular, mas também de boas expectativas de parte da classe empresarial e mesmo do capital financeiro, isso porque ao longo da campanha o que se viu foi um processo de neutralização da antiga imagem do ex-operário como alguém radical e despreparado para governar. Ações como a “Carta ao povo brasileiro”⁷ e a própria formação da coligação do PT indicava a adoção de uma política mais pragmática e conservadora do que o antigo discurso do partido (a composição da chapa tinha um grande empresário, José Alencar, como vice-presidente). (CARREIRÃO, 2004) No entanto, ainda era considerável o nível de incerteza em relação as ações que seriam tomadas pelo governo do PT.

Uma boa forma de analisar como se instituiu, de fato, o governo Lula em termos das mudanças nos tipos de políticas e no papel do Estado nestas, é através dos modelos de desenvolvimento admitidos. Sobre isso tem-se que no governo Lula houve uma disputa entre a prevalência de um modelo “institucionalista restrito”⁸ e outro “neodesenvolvimentista”. Ao longo do tempo o que se viu, muito em virtude de se alcançar um bom nível de governabilidade nos termos do presidencialismo de coalizão observado no Brasil, foi a convivência entre os dois tipos (que caracteristicamente e por definição são diferentes), baseada principalmente na hegemonia do tipo “institucionalista restrito”, sendo que nesse havia a prioridade para o controle de preços ao passo de um desenvolvimento restrito. (ERBER, 2011)

⁷ A carta, lida por Lula em 22/06/02, tinha em seu conteúdo indicações para acalmar o mercado financeiro, de que este não deveria temer ações abruptas de um possível governo petista, falando inclusive que honraria suas obrigações e dívidas. Carta completa em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>

⁸ Segundo Erber, o modelo “institucionalista restrito” busca o “[...]estabelecimento de normas e organizações que garantam o correto funcionamento dos mercados, de forma que estes cumpram suas funções de alocar recursos do modo mais produtivo, gerando poupanças, investimento e, em consequência, crescimento econômico. Quanto mais eficientes forem os mercados em termos presentes e futuros, maior será a probabilidade de crescimento. Para tanto, são essenciais a garantia dos direitos de propriedade e a redução dos custos de transação, que, por sua vez, demandam instituições estatais eficientes.” (ERBER, 2011, p. 38)

Mas pode-se afirmar que algumas mudanças na ação governamental foram sim observadas. Havia por parte do governo a colocação como meta principal da administração o combate à pobreza⁹, assim como uma agenda de prioridades em investimentos sociais que antes não eram vistas, não deixando no entanto, de afirmar o equilíbrio monetário e das contas públicas através de uma rigidez da ortodoxia econômica. Uma percepção vista em Lula que não se via em FHC é o papel fundamental do Estado na indução do processo econômico e de desenvolvimento do país. Nesse sentido, foram vistas ações como programas de intervenção direta na renda nacional, principalmente dos mais pobres, criação de conselhos com as diferentes classes (empresários, trabalhadores, formuladores de políticas...), o fortalecimento das empresas estatais, como no caso dos bancos públicos (Caixa, Banco do Brasil e mais ainda BNDES), e a implantação de grandes projetos estruturantes como o Programa de Aceleração do Crescimento, tudo isso em virtude de uma retomada na função estatal de planejamento da economia. (IGLESIAS; CARDOSO; STREICH, 2014)

Se traçarmos um paralelo com a Venezuela de Chávez vemos caminhos bem distintos no que diz respeito a compreensão governamental de como gerir sua política econômica. Na república bolivariana viu-se um processo de negação às práticas neoliberais antes instituídas, isso sendo visto principalmente, através da nacionalização e estatização da petrolífera nacional (PDVSA), da maior distribuição da renda petrolífera e da ruptura política com as elites nacionais (MARINGONI, 2009). No Brasil de Lula, apesar de seu histórico e do PT na luta por políticas socialistas mais incisivas, pode-se falar que o que se viu ao longo de seu governo foi em última análise uma etapa de aperfeiçoamento e ajuste do novo modelo neoliberal, isso tendo em vista evitar o enfrentamento com as elites nacionais dominantes; Lula alcançou um alto nível de governabilidade governando com e para essas elites. Talvez a área que mais demonstre esse caráter de continuidade em relação a FHC é o desenvolvimento de sua política econômica, estabelecendo sempre baixas metas de inflação, estas sendo vistas pela implementação de juros elevados, além do regime de câmbio flutuante e superávits fiscais acima de 4,25% do PIB. (FILGUEIRAS, 2006)

⁹ Nos oito anos de governo Lula, o Brasil cumpriu além da meta do milênio da ONU de reduzir em pelo menos 50% o nível de pobreza. Entre 2003 e 2010 esse número teve queda de 50,64%. (O GLOBO, 2011) Em: <http://oglobo.globo.com/politica/governo-lula-reduziu-pobreza-do-pais-em-506-mostra-estudo-2775537>

“Portanto, nem de longe, está se vivendo uma fase de transição pós-neoliberal, mas sim um ajustamento e consolidação do modelo neoliberal - que tem possibilitado uma maior unidade política do bloco dominante, isto é, tem reduzido o atrito no seu interior.” (FILGUEIRAS, 2006, p. 186) Uma interpretação possível das ações da administração do PT desde seu início em 2003 é que Lula “deu oxigênio ao neoliberalismo”, admitiu-se completamente a ordem global instituída, assim como a estrutura política doméstica, potencializando assim elementos da crise política (SAMPAIO, 2006), o que em rápida percepção pode ter funcionado como combustível para crise que nos afeta hoje. Como previsto por Plínio Sampaio em 2006: “Entre os efeitos negativos do governo Lula, destaco a gravidade da crise política. A médio e longo prazo, a falência dos partidos políticos aponta para uma crise institucional de grandes proporções.” (SAMPAIO, 2006, p. 82)

Mas apesar dessas críticas, feitas principalmente por setores da esquerda política nacional, o período Lula não se constituiu na simples reprodução e continuísmo em relação a gestão anterior, algumas diferenças pontuais podem ser descritas: a disposição inovadora ao diálogo com os movimentos sociais, forte redução na dívida externa, apoio mais intenso para a agricultura familiar (apesar da opção prioritária ao agronegócio), e uma maior preocupação com a valorização real do salário mínimo. Mas principalmente, houve um adensamento nos investimentos estatais nas questões da seguridade social - como nos casos da saúde pública e assistência social -. (FREITAS, 2007)

Em aspectos gerais torna-se válido observar alguns indicadores desse período para entendermos melhor esse processo dicotômico entre discurso social, maiores investimentos sociais e a prática de um pragmatismo político e ortodoxia econômica. Pela perspectiva macroeconômica temos que o PIB nacional saiu da casa de 558 bilhões de dólares (2003) para mais de 2 trilhões de dólares em 2010; o PIB per capita em 2003 era de U\$3.059, já em 2010 esse valor era de U\$11.142. Para a inflação no período Lula, registra-se 9,3% em 2003 e 5,9% em 2010 – tendo o menor nível em 2006 (3,1%) – (CEPALSTAT).

Os índices sociais nos mostram uma taxa de desemprego que variou entre 12,3% em 2003 e 6,7% em 2010; a taxa de pobreza no Brasil de Lula saiu de 38,7% para 24,9%; sobre a distribuição de renda, tendo em vista o coeficiente de Gini¹⁰, vemos no Brasil de

¹⁰ De acordo com o Ipea, o índice de Gini “[...]é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação

2003 um índice 0,621 enquanto que em 2009 (na CEPALSTAT não foram encontrados dados referentes a 2010) o número foi de 0,576. (CEPALSTAT)

Numa sucinta caracterização temos no governo do PT características de continuidade mas também de mudanças em relação as antigas práticas e políticas governamentais. Lula, segundo o Datafolha, chega ao fim de seu mandato com 83% de avaliação positiva (o que à época era recorde histórico no país). Esse índice foi possível muito em virtude de bons índices sociais e de aumento do poder de compra da população, assim como no tipo de política econômica aplicada (que era bem vista pelas forças de mercado), além é claro de uma grande coalizão política. A política doméstica não sofreu nenhum tipo de ruptura, em verdade foram feitos apenas ajustes e adaptações. Uma das áreas que foram reajustadas de acordo com os interesses do governo foi a área da política externa, aplicando um tipo de diplomacia mais autônoma e ativa (será descrita em seção posterior).

VENEZUELA

O entendimento mínimo sobre o contexto interno venezuelano entre os anos de 2003 e 2010 nos exige a percepção sobre fatores conjunturais de um período anterior a isso, mais precisamente a partir do ano de 1999. Foi a partir deste ano que Hugo Rafael Chávez Frias assume a presidência do país e começa um intenso processo de reorganização nacional (pode-se dizer que em termos políticos, institucionais, sociais e em menor escala econômicos). Na verdade, se observarmos o período pré e pós Chávez, podemos falar em uma ruptura na lógica nacional, segundo Rafael Villa:

[...]Chávez rompe com uma característica fundamental do sistema democrático que se inaugura em 1958, isto é, a representação e a organização multiclassista das instituições em privilégio dos setores mais pobres da população, que se tornou sua principal base política. Essa novidade na política venezuelana nos conduz a interpretar a mudança na época de Chávez não só em bases políticas, mas também em bases sociopolíticas. (VILLA, 2005, p. 161/162)

O novo contexto a partir de 1999 é tido como ruptura porque ele determina o fim de um sistema político que perdurou por mais de 30 anos naquele país. Antes disso, via-se através do chamado Pacto de *Punto Fijo*, a materialização de um pacto populista de

de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza.” Em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23

conciliação das elites que consolidava uma “distribuição clientelista da renda petrolífera”. O período *puntofijista* tinha como estrutura política a alternância no poder central de representantes de apenas dois partidos: a Ação Democrática (AD) e o Comitê de organização política eleitoral independente (Copei). Praticava-se uma democracia de coalizão que permitia o controle bipartidário, e que em última instância trazia consigo uma estabilidade institucional através da exclusão de opções políticas radicais (seja de esquerda ou de direita). (VILLA, 2005) Em suma, à época *puntofijista* no país de Simón Bolívar nos leva ao conceito de democracia restrita¹¹ de Florestan Fernandes, sendo essa caracterizada pelo controle político nacional por parte de uma elite burguesa. “Isso faz com que a intolerância tenha raiz e sentido político; e que a democracia burguesa, nessa situação, seja de fato uma ‘democracia restrita’, aberta e funcional só para os que têm acesso à dominação burguesa”. (FERNANDES, 1976, p. 212)

Chávez chega ao poder em meio a total descrença da população em relação a classe política nacional, prova disso é que o aumento de sua popularidade como figura política de fato, só veio com a tentativa de golpe comandada por ele próprio em 1992, tentativas de golpes, que geralmente são rechaçadas pelas populações, foi no caso venezuelano na década de 90 visto com simpatia. Outro elemento que demonstra o descrédito na política e a percepção negativa dela pela população, foi o nível de abstenção na última eleição presidencial antes da de Chávez, quando em 1993 registrou-se o número de 38,84% de abstenção, enquanto que o vencedor das eleições, Rafael Caldera, teve 30,46% dos votos. É nesse vácuo político que em dezembro de 1998, municiado por um discurso inflamado, de base popular e forte utilização de símbolos nacionais como o libertador Simón Bolívar, Chávez é eleito por grande maioria presidente da Venezuela com 56,2% dos votos, o segundo colocado Henrique Salas, obteve 32,97%. (MARINGONI, 2009)

Ao longo de seu governo, Hugo Chávez, sempre com apoio popular e concomitante a isso, enfrentando a oposição da elite socioeconômica do país, implementou uma série de políticas e ações com o intuito de modificar o comportamento,

¹¹ Florestan aborda o conceito de democracia restrita dentro de sua discussão sobre a “democracia burguesa”, sendo essa caracterizada, principalmente, pelo controle político por parte da elite burguesa, esta por sua vez se utiliza de mecanismos de controle como a “[...] ‘oposição consentida’ (que só poderia envolver conflitos ou dissensões controláveis ‘a partir de cima’ e de interesse direto ou indireto para as ‘forças da ordem’)” (FERNANDES, 1976, p. 212). Em outro momento Florestan contextualiza a “democracia restrita” como uma das fases de transições políticas possíveis, sendo essas: despotismo-democracia restrita-democracia ampliada-democracia competitiva. Ver: FERNANDES, Florestan. “Poder e contrapoder na América Latina”. Zahar editores, Rio de Janeiro, 1981.

a importância e mesmo a função do Estado na Venezuela. No âmbito interno isso é observável em ações como a criação de uma nova constituição em 1999, em leis como as Lei de Terras, a Lei de Pesca e a Lei de Hidrocarbonetos (que visavam grande mudança na relação e atuação do Estado em suas respectivas áreas), em seu discurso sempre inflamado contra as elites nacionais, na supressão do poder destas elites como quando da revogação de concessão da RCTV, na forma de contato estabelecida com a população, além de ações governamentais de cunho sociais como o desenvolvimento das chamadas *Misiones*.¹² (MARINGONI, 2009) “[...]a eleição de Chávez representou, de fato, uma mudança qualitativa profunda na política venezuelana e na forma de envolvimento do Estado em assuntos econômicos.” (IGLESIAS; CARDOSO; STREICH, 2014, p. 17)

Um questionamento possível e que tornou-se motivação para inúmeros estudos é se na Venezuela de Chávez é possível afirmar de uma revolução. Em que termos o processo desenvolvido no contexto venezuelano pode ser considerado uma revolução? O ex-presidente e também tenente-coronel Hugo Chávez afirmava que conduzia sim um processo revolucionário em seu país, ele dizia isto depois de que eleito presidente em 1998 ter entrado em 13 disputas eleitorais (entre eleições para presidente, prefeitos, governadores, deputados, vereadores e referendos) e vencido 12 destas – a exceção foi o plebiscito para alteração constitucional de 2007 –. Para Maringoni, apesar da ruptura política interna, a alteração da lógica de poder e desmantelamento da organização de uma elite dominadora, “a revolução venezuelana ainda está por acontecer”. (MARINGONI, 2009) Sobre esse aspecto, Seabra (2010) nos diz que:

Desde a eleição de Hugo Chávez, em 1999, se gestaram mudanças e rupturas profundas no esquema político e democrático venezuelano, dando forma ao processo conhecido como Revolução Bolivariana da Venezuela. Claro que existem diferenças quanto à interpretação do grau de profundidade, ou às características das mudanças e rupturas em andamento, e à própria natureza real dessa revolução. Nesse sentido, o termo “chavismo” aparece muitas vezes como síntese descritiva da totalidade desses processos de mudança político-social, fato que lhe tem rendido a insígnia populista. (SEABRA, 2010, p. 211)

¹² As *Misiones* (missões) formam um conjunto de programas sociais desenvolvido no governo Chávez a partir de 2003 e que continua até hoje. Cada missão tem um objetivo e área específica (varia desde combate à fome e pobreza, programas de alfabetização, consultas médicas, financiamento para aquisição de casa própria, até programas nas áreas políticas, científicas e culturais, entre outros temas). As missões “[...]resolvem o problema imediato da população, mas não atacam as engrenagens mais profundas da máquina pública.” (MARINGONI, 2009, p. 155)

O fenômeno observado a partir do governo chavista, tem grande importância porque apesar de suas incoerências e defeitos, ele tem levado aquele país a uma intensa mudança social. (MAYA, 2006)

Chávez instituiu um governo de perspectivas e intensões bem diferentes de seus antecessores, segundo Carlos Romero:

O governo do presidente Chávez reviveu no país a visão estruturalista e anticapitalista que implanta a tese do desenvolvimento endógeno, o fortalecimento do Estado como instrumento central de desenvolvimento, o protecionismo a indústria nacional, e o aprofundamento do Estado socialista...¹³. (ROMERO, 2007, p. 8)

Desde sua eleição Chávez deixou claro seu caráter de mudança em relação a organização nacional. Logo em seu primeiro ano de mandato ele altera a lógica institucional do país com uma nova constituição, em termos políticos foi visto o fim do antigo pacto partidário e o total enfraquecimento de suas principais siglas (AD e Copei), a função do Estado no funcionamento do país foi gradativamente alterada, tendo em vista uma negação do modelo neoliberal praticado anteriormente em detrimento da valorização do Estado de Bem Estar Social, somado as perspectivas de cunho socialista. Contudo, pela perspectiva das relações comerciais essa alteração não ocorreu no mesmo nível. A Venezuela, país historicamente dependente das divisas vindas da exportação do petróleo, continuou assim durante o governo do líder bolivariano, a economia nacional se mantinha quase que totalmente condicionada ao comércio do petróleo. À época do governo chavista isso se mostrou em termos positivos, já que os preços internacionais do produto sofreram grande alta na primeira década dos anos 2000, o que acabou possibilitando a afirmação das políticas sociais de Chávez e consolidando o forte apoio popular do presidente. (IGLESIAS; CARDOSO; STREICH, 2014) “Nada disso acontece por mágica. É o aumento do preço internacional do petróleo que sustenta o crescimento venezuelano. Mas os petrodólares não explicam tudo.” (MARINGONI, 2009, p. 42)

O “nada disso” a que Maringoni se refere, são os importantes avanços alcançados durante a gestão Chávez. Em termos econômicos temos que o PIB total saiu da casa de 97 bilhões de dólares em 1999, para mais de 239 bilhões em 2010, alcançando o pico de

¹³ Tradução própria de: “*El gobierno del presidente Chávez revivió en el país la visión estructuralista y anticapitalista que plante a la tesis del desarrollo endógeno, el fortalecimiento del Estado como instrumento central del desarrollo, el proteccionismo a la industria nacional, y la profundización del Estado Socialista...*” (ROMERO, 2007, p. 8)

329 bilhões em 2008; o PIB per capita em 1999 era de U\$4.127, em 2010 esse valor era de U\$8.390. (CEPALSTAT)

Houve também uma maior facilidade no crédito, o que acarretou numa euforia de mercado. “A grande novidade é que o aquecimento do mercado se manifesta especialmente entre as camadas mais pobres da população. Em 2006, as camadas D e E compraram 22% mais que no ano anterior. (MARINGONI, 2009, p. 40) Em contrapartida, muito em decorrência do controle de preços que o governo praticou sob variadas mercadorias, principalmente àquelas de necessidade básica, diminuiu sensivelmente a produção interna. Esse controle era visto como uma maneira de estancar a inflação, mas em última instância o que se viu foi a falta de alimentos a venda nos supermercados do país. (MARINGONI, 2009) Sobre o nível da inflação venezuelana, tem-se que em 1999 a taxa média era de 20%, em 2010 esse número vai para 27,4%. (CEPALSTAT)

Se nos atermos a indicadores sociais, veremos que a taxa de desemprego que em 1999 era de 15%, foi para 8,7% em 2010. A taxa de pobreza sofreu variação de mais de 20% no período chavista (de 49,4% em 1999 para 27,8% em 2010); sobre o nível de distribuição de renda, considerando o método do coeficiente de Gini, temos que em 1999 o índice registrado era de 0,498, já em 2010 esse valor foi de 0,394. (CEPALSTAT)

Uma rápida análise sobre essa conjuntura de fatos e dados nos aponta para um governo baseado em objetivos nacionalistas e essencialmente de viés socialista, que ao longo dos anos norteou suas ações domésticas visando a diminuição do poderio político das antigas elites, assim como um incremento na qualidade de vida do povo, principalmente dos mais pobres. Em termos gerais, Chávez conseguiu que a população comprasse e apoiasse seu discurso bolivariano, ele construiu (muito em virtude da alta nos preços do petróleo) uma valorização da produção econômica, bons índices sociais e um empoderamento político das classes inferiores. No entanto, isso foi visto paralelamente a um certo nível de instabilidade política doméstica (como observado nos casos da tentativa de golpe¹⁴ e na paralisação na produção de petróleo¹⁵, ambos em 2002), a continuidade da dependência econômica da produção e exportação de um único produto,

¹⁴ Em 11 de abril de 2002 o governo Chávez sofre uma tentativa de golpe. Golpe este comandado, principalmente, pela elite petroleira do país como reação à reformulação da PDVSA por Chávez, que dias antes havia destituído a diretoria da estatal em rede nacional. (MARINGONI, 2009)

¹⁵ Em dezembro de 2002 iniciou-se o que ficou conhecido como “*el paro*”. “[...]uma paralisação nacional de 63 dias, que incluiu a interrupção quase total da produção de petróleo, sabotagens, fuga de capitais, brutal queda da atividade econômica e retração das exportações, entre outras turbulências.” (MARINGONI, 2009, p. 139)

e ao temor sempre presente do índice inflacionário que, apesar das políticas desenvolvidas, sofreu um aumento. Temos no caso venezuelano uma importante mudança de sua lógica doméstica, as forças políticas e a atuação da máquina estatal sofreram grandes alterações depois de Chávez, e isso se reflete também numa importante alteração no tipo de inserção internacional do país, tendo em vista que a própria visão de mundo de seu governo sofreu grande transformação.

4. CHOQUES EXTERNOS

É de suma importância sob que perspectiva devemos entender o impacto do contexto externo aos países no desenvolvimento de suas relações. As mais variadas dimensões (econômica, política, segurança, ambiental...) exercem graus distintos de influência nos comportamentos dos Estados dentro do sistema internacional. Mas para o presente trabalho, esse escopo de análise perde qualquer caráter sistêmico em detrimento da percepção das relações específicas entre Brasil e Venezuela no período proposto, sendo esse o das gestões de Chávez e Lula.

Nesse contexto, alguns aspectos específicos serão analisados no sentido da influência na alteração da relação entre as duas nações, podendo serem minimamente caracterizados como choques externos. Um primeiro elemento é a confluência ideológico-político no cenário regional, vista com a ascensão de líderes de centro-esquerda na América do Sul, como esse espectro regional favoreceu no reconhecimento mútuo de identidades e objetivos e funcionou assim, como vetor de favorecimento à intensificação das relações. Mais ainda, é preciso ter a noção que esse processo é uma reação ao tipo de política econômica implantada nos anos anteriores. Um segundo aspecto diz respeito ao melhoramento e afirmação das bases materiais dos países, tendo em vista principalmente como a variação dos preços nos mercados internacionais favoreceram à produção econômica brasileira e venezuelana, tornando mais fácil o desenvolvimento de uma política externa menos dependente e de interesse nacional.

Um fator que é claro na análise sobre o aumento das relações entre Brasil e Venezuela é a identificação político-ideológica entre seus governos, e ainda mais entre seus líderes. No entanto, vale dizer que essa identificação mútua está inserida num contexto regional de governos de centro-esquerda, o que em última instância favorece a um maior nível de integração regional. Durante a primeira década dos anos 2000 ocorreu o que muitos chamam de “onda vermelha” na América Latina, desde a eleição de Chávez e Lula, em 1998 e 2002 respectivamente, vimos a chegada ao poder de representações desse tipo político na Argentina (Néstor Kirchner em 2003), Uruguai (Tabaré Vázquez em 2004), Bolívia (Evo Morales em 2005), Equador (Rafael Correa em 2005), Nicarágua (Daniel Ortega em 2006), além da continuidade entre Ricardo Lagos e Michelle Bachelet no Chile (2000 – 2010). (BACOCINA, 2008) Um outro entendimento desse contexto

histórico nos fala da mudança dos rumos políticos no continente em termos do surgimento de vários governos “progressistas”. (URRUTIA, 2011)

O que se viu, na verdade, foi que com a afirmação de governos de centro-esquerda nos anos 2000 na América do Sul, não aconteceu uma total ruptura com a lógica político-econômica neoliberal que imperou no continente na década anterior, há inclusive o debate de como atores como Lula e sua gestão governamental atuaram na proteção e manutenção do sistema neoliberal (SAMPAIO, 2006). Mas é indubitável que, apesar da continuidade de alguns governos com a política econômica praticada anteriormente, houve uma alteração nos rumos da região com o surgimento desses governos progressistas, e que esta fase de mudanças foi de fato um momento especial da América Latina. (ELÍAS, 2006)

A experiência destes governos no contexto latino-americano nos mostra para uma mudança no discurso político e no teor das discussões sobre as sociedades da América Latina. Além dessa alteração na retórica, pode-se observar mudanças nos aspectos de gestão pública dos governos, como visto por exemplo, nos casos do Brasil com o Partido dos Trabalhadores (PT) e da Venezuela de Chávez. Essas novas perspectivas possibilitaram a criação e desenvolvimento de um novo tipo de cidadão e de como este exerce sua função social, construindo assim uma sociedade diferente da vista anteriormente. (MAYA, 2006)

Em grande medida, a confluência temporal desses governos funcionou como facilitador do processo de integração regional sul-americana, sendo também um vetor a ser considerado para o desenvolvimento e incremento do relacionamento entre o Brasil de Lula e a Venezuela de Chávez. É importante, contudo, destacar o caráter facilitador desse elemento, ele entra na equação juntamente com outros fatores que possibilitaram essa intensificação. Na verdade, um choque externo que talvez tenha maior poder explicativo na alteração da atuação dos países sul-americanos na cena internacional à época, e que é fator originador dessa “onda vermelha”, é a percepção dos efeitos e consequências negativas das políticas de cunho neoliberal praticadas durante a década de 1990.

O tipo de política praticada de acordo com as formulações neoliberais em boa parte dos países latino-americanos nos anos 90 (tendo em vista principalmente os apontamentos do FMI), tiveram em última análise forte influência para o aumento nos níveis de pobreza, para um processo de desindustrialização, primarização da produção, aumento nas desigualdades sociais e no crescimento do trabalho informal. (ELÍAS, 2006) Outros exemplos históricos nos fornecem demonstração no intuito de se perceber as

consequências da instituição do livre-mercado como regulador sistêmico, viu-se assim as quebras das economias do México (1994), da Tailândia (1997), da Rússia (1998), e do Brasil (1999). (MARINGONI, 2009)

O que se instituiu no cenário regional a partir disso, foi uma percepção comum dentro dos países da necessidade de mudança na forma de conduzir o desenvolvimento das nações, era preciso que os Estados desenvolvessem uma atuação mais direta na economia. (IGLESIAS; CARDOSO; STREICH, 2014) Esse entendimento comum funcionou como aspecto para a construção de uma forma de inserção internacional diferente, que acabou por confluir interesses e objetivos comuns, por exemplo, de Brasil e Venezuela, ajudando assim no aumento das relações entre eles.

Um aspecto internacional que também deve ser destacado é o aumento do comércio e dos preços das commodities exportadas por Brasil e Venezuela. A onda de valorização nos preços internacionais nesse tipo de mercadoria favoreceu a um bom nível de desenvolvimento econômico de Brasil e Venezuela, pode-se dizer que entre os anos de 2000 e 2010, ambos países conviveram com uma relativa bonança econômica. (ALMEIDA, 2010; MARINGONI, 2009) Isso é importante principalmente para que esses países desenvolvam uma base material suficiente para a afirmação de seus interesses e estratégias na cena internacional.

Se considerarmos a variação de preço dos principais produtos exportados por Venezuela e Brasil na primeira década dos anos 2000 notaremos um intenso aumento no valor deles. No caso brasileiro considera-se para a análise o minério de ferro, a soja e petróleo bruto (esses três elementos mantiveram-se constantes no topo da pauta de exportação nacional entre 2003 e 2010). Pela perspectiva venezuelana o elemento essencial para a renda nacional e totalmente dominante em suas exportações é o petróleo (durante o período Chávez o petróleo sempre significou mais da metade das exportações, chegando a marca de 91,6% das exportações do país em 2006) (CEPALSTAT). O minério de ferro saiu de U\$13,82 por tonelada métrica em janeiro de 2003 para U\$168,53 ao fim de 2010; a soja que no mesmo mês de 2003 custava U\$208,68 a tonelada métrica, foi para U\$483,76 em dezembro de 2010 (tendo pico de U\$554 em 2008); já o petróleo bruto pulou de U\$21,22 o barril, em janeiro de 1999 (início do governo Hugo Chávez) para U\$169,33 ao final de 2010. (INDEX MUNDI)

5. BUROCRACIAS E DIRETRIZES DE POLÍTICA EXTERNA

Para a construção do entendimento sobre o diálogo oficial entre as duas nações através de suas estruturas burocráticas, faz-se necessário rápida descrição e caracterização das diretrizes das políticas externas de Brasil e Venezuela ao longo da primeira década de 2000 e como essas formulações influenciaram nas relações bilaterais entre os países estabelecidas nesse período. Isso porque o desenvolvimento dessas relações não se excluem do contexto mais amplo das ações internacionais tomadas pelos países de uma forma geral, pelo contrário, podemos observar os termos do relacionamento bilateral como reflexo dessas diretrizes gerais.

BRASIL

Tendo em vista que a intensificação das relações Brasil – Venezuela estão inseridas no contexto geral de suas políticas externas, temos que ter em mente algumas considerações sobre as diretrizes brasileiras à época de Lula. Uma caracterização amplamente argumentada é a de que a política externa do governo petista apresenta caráter de modificações, mas não de transformações, nas relações internacionais do país em relação as diretrizes do governo PSDB. Lula, ao contrário de seu discurso de décadas passadas, afirma a estrutura do sistema internacional, tenta aumentar a importância do Brasil dentro dele, de acordo com seu funcionamento instituído, seguindo uma agenda que pela interpretação governamental era de interesse nacional. Não observa-se ruptura, mas algumas mudanças estratégicas no tipo de inserção, essas mudanças podem ser descritas principalmente pela diferente visão de mundo entre Lula e PT e seus antecessores. (ALMEIDA, 2004; VILELA; NEIVA, 2011; RAMOS, 2012; VIGEVANI; CEPALUNI, 2007)

Pelo balanço oficial do governo Lula desenvolvido pela própria administração federal ao término do mandato, temos que a política externa caracterizou-se principalmente pela maior presença e importância brasileira nas relações internacionais e pela centralidade que o tema adquiriu no debate político nacional. Ela é demonstrada como uma política externa ativa, ativa e solidária; no sentido de sua atuação a diplomacia brasileira foi construída tendo em vista uma perspectiva universalista mas sempre de acordo com os interesses nacionais e o desenvolvimento de um ambiente internacional

mais justo e igualitário; no sentido de priorizações das ações vê-se a importância dada aos países do Sul Global, principalmente aqueles cujos povos foram peça essencial na formação do Brasil como nação – nessa conjuntura determina-se o eixo regional da América do Sul como área mais importante no escopo de atuação da política externa brasileira -. (GOVERNO FEDERAL, 2010)

Em termos sistêmicos, o Brasil de Lula defendia internacionalmente uma estrutura multilateral, se afastando de qualquer possibilidade de unilateralismo ou unipolaridade, assim como procurava-se estabelecer maior influência internacional, essas intenções foram corroboradas por objetivos como desejo declarado de ocupar uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU (o que além de maiores ambições do país, afirmava a defesa brasileira em relação ao modos operandi do sistema internacional). Na área econômica o Brasil intensificava o trabalho de cooperação e integração com países de características semelhantes a si, essencialmente países emergentes e vizinhos regionais. (ALMEIDA, 2004)

Do ponto de vista do conteúdo, a diplomacia do governo Lula apresenta uma postura mais assertiva, mais enfática em torno da chamada defesa da soberania nacional e dos interesses nacionais, assim como de busca de alianças privilegiadas no Sul, com ênfase especial nos processos de integração da América do Sul e do Mercosul, com reforço consequente deste no plano político. (ALMEIDA, 2004, p. 165)

A área da política externa foi talvez a que a administração do Partido dos Trabalhadores mais conseguiu se aproximar de suas antigas formulações e posicionamentos, diferentemente de outros setores governamentais em que o partido pôs em prática políticas totalmente distintas das defendidas por ele em décadas anteriores (como por exemplo a política de ortodoxia econômica). Segundo Almeida, “Em outros termos, é nas relações exteriores e na sua política internacional que o governo do presidente Lula mais se parece com o discurso do PT.” (ALMEIDA, 2004, p. 162) Isso é refletido por exemplo numa defesa de agenda internacional diferente de seu antecessor, agora via-se como prioridade na pauta brasileira temas como a erradicação da fome e da pobreza; outro reflexo disso é no contato com áreas do globo mais vulneráveis e que antes eram marginalizadas em detrimento do relacionamento mais intenso com as grandes potências, à África, por exemplo, foi dada uma atenção nunca antes vista. (VILELA; NEIVA, 2011) Os temas da agenda da política externa não necessariamente foram transformados, mas modificados, pois diferentemente de anos anteriores, “temas como

integração regional, identidade de país do sul e inclusão social ganharam importância fundamental na agenda da política externa.” (VILELA; NEIVA, 2011, p. 75)

Concomitante a isso, tem-se que, mesmo no âmbito externo, o Brasil do PT mostrou muitas vezes um caráter de ação neoliberal, como no caso da defesa do agronegócio e da liberalização comercial. A baixa competitividade internacional dos produtos industriais brasileiros, a necessidade de se ter saldo comercial positivo – esse em função do endividamento externo e da geração de emprego – e o crescimento dos produtos do agronegócio nas exportações, fez com que o governo Lula efetivamente se engajasse na defesa do agronegócio e na liberalização do comércio, sendo esse engajamento base fundamental da ação externa do Brasil entre 2003 e 2010. As ações internacionais do Brasil mostram-se dicotômicas, de um lado uma perspectiva nacional-desenvolvimentista que busca uma liberalização comercial e de outro lado a retórica ligada aos pressupostos de propostas de esquerda da história do PT. (RAMOS, 2012)

Uma caracterização geral do tipo de inserção internacional do governo Lula amplamente discutida pela análise de política externa nacional, é a desenvolvida por Tullo Vigevani e Gabriel Cepaluni (2007). Os autores analisam a atuação externa do governo Lula como sendo de estratégia por uma “autonomia pela diversificação”, sendo essa caracterização explicada pelo destaque da cooperação Sul-Sul como instrumento para aumentar suas capacidades frente aos países do Norte e aumentando a influência internacional do país. Define-se autonomia pela diversificação “como a adesão do país aos princípios e às normas internacionais por meio de alianças Sul-Sul, inclusive regionais, e de acordos com parceiros não tradicionais (China, Ásia-Pacífico, África, Europa Oriental, Oriente Médio etc.), pois acredita-se que eles reduzem as assimetrias nas relações externas com países mais poderosos e aumentam a capacidade negociadora nacional.” (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 283)

Pode-se caracterizar, também, a política externa aplicada ao longo da primeira década do século XXI, como sendo uma “Nova Política Externa Independente (Nova PEI)”, esta sendo vista, principalmente, pelo entendimento de quatro eixos táticos: democracia e multilateralismo, comércio internacional, cooperação Sul-Sul e justiça social. Nesse cenário, democracia, multilateralismo e comércio internacional são tidos como objetivos, a cooperação Sul-Sul instrumento estratégico para alcançar eles, e a justiça social definiria a base ideológica dessa Nova PEI. (MELLO, 2009)

Nesse escopo geral de inserção internacional podemos analisar a atuação do corpo oficial diplomático por duas principais dimensões: aquela responsável pela continuidade

e aprofundamento dos processos já existentes na época de FHC, e outra dimensão que afirmou novas temáticas na agenda externa e em grande parte modificou o perfil de atuação diplomática.

A formulação das ações externas do Brasil nos anos Lula era feita não primordialmente pelo Itamaraty, como nos anos anteriores, era na verdade desenvolvida por um equilíbrio entre diplomatas de carreira e atores políticos do PT. “No governo Lula, o Itamaraty partilha a formulação e até mesmo a execução da política externa com assessores presidenciais.” (ALMEIDA, 2004, p. 177) Esse equilíbrio de forças é muito bem percebido pelos principais nomes nesse contexto, vemos por exemplo, como dois dos principais formuladores da política externa nacional, dois diplomatas de carreira e sem vinculação partidária: o chanceler Celso Amorim e seu principal auxiliar o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães; eles funcionaram como elemento necessário para a manutenção e continuidade de algumas características e processos da época de FHC. Ao passo que a participação presidencial foi maior do que em anos anteriores no processo de inserção internacional, vemos isso através da participação direta do próprio presidente Lula, além da nomeação de um nome do PT, Marco Aurélio Garcia, para o cargo de assessor especial para assuntos internacionais da presidência. (VILELA; NEIVA, 2011)

Sobre esses aspectos vale destacar a inovação da administração Lula na indicação de um nome dos quadros de seu partido (Marco Aurélio foi secretário de relações internacionais do PT entre 1996 e 2002) para o cargo assessor chefe da assessoria especial do presidente, pois esse cargo era normalmente ocupado por alguma indicação do Itamaraty – desde Juscelino Kubitschek não ocorria de um não-diplomata ocupar o cargo (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). Não obstante a isso, como destacado por Almeida, o Itamaraty vivenciou padrões de atuação inéditos, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, havia maior dinâmica em sua atuação e um caráter “multi-presencial” da chancelaria brasileira. Ele destaca que tanto Amorim como Guimarães, “[..]tem conduzido uma das fases mais dinâmicas da diplomacia brasileira em qualquer época histórica.” (ALMEIDA, 2004, p. 165)

Outro aspecto do tipo de ação externa observada entre 2003 e 2010 no Brasil, e que é fundamental para a percepção do relacionamento com a Venezuela nesse mesmo período, é a prática de um programa de “diplomacia presidencial”. Esse caráter no perfil de atuação foi visto em termos de continuidade em relação aos tempos de FHC. (ALMEIDA, 2004; VIGEVANI; CEPALUNI, 2007; VILELA; NEIVA, 2011) A partir

desse tipo de atuação, tanto Fernando Henrique quanto Lula diminuíram a dependência que o presidente costumava ter em relação ao Itamaraty, dedicando assim, de forma direta, um tempo muito maior em suas agendas para a política externa. Isso é explicitado principalmente pela quantidade de viagens feitas pelos presidentes para o exterior. Temos que o peessedebista despendeu 12% de seu tempo de mandato no exterior, enquanto que o petista aumentou esse número para 16%. (VILELA; NEIVA, 2011)

VENEZUELA

A partir da entrada de Hugo Chávez na presidência venezuelana, aquele país tem observado um processo de ruptura em sua estrutura política interna, não obstante a isso, alterações socioeconômicas também foram vistas a partir de 1999. O tipo de inserção internacional e as ações de política externa não fogem dessa percepção e também são analisadas no sentido de suas mudanças em relação aos anos anteriores.

Com Chávez, a Venezuela assistiu ao desenvolvimento de uma nova fase histórica em sua política externa (LIMA; KFURI, 2007; ROMERO, 2007). Nessa perspectiva, tem-se que o governo de Chávez estabelece para si alguns pressupostos básicos para o desenvolvimento de sua política externa, isso tendo em vista sempre que ela seria instrumento “fundamental para a garantia da legitimidade e consequente permanência no poder do grupo chavista.” (LOPES; HITNER, 2009, p. 164)

Em sentido amplo, abordam-se os principais eixos da política externa venezuelana como sendo a utilização dos recursos provenientes do petróleo como base para desenvolver projetos no âmbito da integração regional, e em paralelo a isso a afirmação de um discurso de concepção socialista. Nesse sentido, o país buscou a ampliação de suas relações internacionais, através de novos parceiros e da diversificação em suas relações. (LIMA; KFURI, 2007)

Romero (2007) vai mais além e nos descreve de forma mais aprofundada a caracterização da política externa de Chávez, ele nos fala que o líder bolivariano implementou uma mudança nos fundamentos da política exterior do país, nesse aspecto a agenda internacional (o autor fala de uma “contra-agenda”) do país é regida de acordo com novos e antigos temas. Destaca-se, portanto,

[...]a utilização do petróleo como o instrumento principal de participação no cenário mundial e hemisférico, o ativismo internacional do país, promoção de um novo modelo político sob a captura do Estado por novas elites, a tese da democracia participativa e protagônica (o autor destaca que Chávez se afasta da democracia representativa), o lançamento de um novo modelo econômico, o desenvolvimento endógeno e o socialismo do século XXI, a promulgação de uma nova lei de serviço exterior, a ideologização do serviço exterior e a promoção de uma diplomacia social com o respaldo as diversas organizações políticas, sociais e culturais globais no âmbito internacional.¹⁶ (ROMERO, 2007, p. 7)

Em termos estratégicos vê-se que a Venezuela bolivariana imprime sua busca por um maior equilíbrio internacional, sendo esse de caráter contra-hegemônico e revisionista em relação ao sistema internacional, através da primazia das relações com seu entorno regional, assim como pelo desenvolvimento de laços com Estados que confrontam os EUA internacionalmente, como Rússia, China, Irã e Cuba, isso tendo em vista a instituição de um novo sistema multipolar internacional. (URRUTIA, 2006) Observa-se que a Venezuela de Chávez definiu uma priorização em relação a integração regional (nesse aspecto podemos destacar a inserção do país em diferentes blocos de integração, ex: ALBA, UNASUL, MERCOSUL; ou ainda iniciativas estratégicas como a PETROCARIBE e a PETROAMERICA), ressaltou a importância da cooperação Sul-Sul e intensificou a busca pela diversificação de compradores do seu petróleo. (SILVA; ARCE, 2013)

Sobre a América do Sul, é perceptível que o administração chavista sempre teve ela como prioridade em suas relações externas. Como demonstrado no “Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação (2001 – 2007)¹⁷” (onde é estabelecido como meta a entrada do país no Mercosul), o adensamento da integração regional torna-se fundamental no sentido de se instituir um movimento de tipo contra-hegemônico para então se fazer frente a iniciativa da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). (LOPES; HITNER, 2009) Há de se destacar, contudo, que o caráter de primazia em relação aos países da América do Sul nas relações exteriores da Venezuela não é inovação de Chávez, na verdade, ele adensa e põe sob nova ótica e intensões um processo que é

¹⁶ Tradução própria de: “[...]la utilización del petróleo como el instrumento principal de participación en el escenario mundial y hemisférico, el activismo internacional del país, la promoción de un nuevo modelo político bajo la “captura” del Estado por nuevas élites, la tesis de la democracia participativa y protagónica, el lanzamiento de un nuevo modelo económico, el desarrollo endógeno y el Socialismo del Siglo XXI, la promulgación de una nueva Ley de servicio exterior y la promoción de una diplomacia “social” con el respaldo a diversas organizaciones políticas, sociales y culturales globales en el ámbito internacional.” (ROMERO, 2007, p. 7)

¹⁷ O Plano tem como base alcançar o desenvolvimento nacional a partir de cinco equilíbrios básicos: o econômico, o social, o político, o territorial e o internacional. Plano completo em: <http://www.mppp.gob.ve/wp-content/uploads/2013/09/Plan-de-la-Naci%C3%B3n-2001-2007.pdf>

defendido pelas elites venezuelanas desde início dos anos 90. A integração regional é motivada por fatores como a procura pela diminuição da dependência do mercado norte-americano, ao mesmo tempo que um maior nível de integração regional serviria como importante fator de barganha para futuras negociações comerciais com os EUA. Uma novidade sobre como a Venezuela entende o processo de integração com seus vizinhos continentais é que este não é visto mais apenas pelo prisma econômico de suas relações comerciais, há agora uma valorização da dimensão política da integração – esta funcionaria como alternativa ao sistema capitalista instituído, tendo em mente as definições do “socialismo do século XXI”¹⁸. (VILLA, 2007)

A atuação externa venezuelana a partir de 1999 pode ser descrita e analisada em sentido geral de acordo com essas diretrizes amplas de ação. Nesse contexto nos é essencial o entendimento sobre as formas práticas em que essas diretrizes foram expressas. O perfil diplomático do nosso vizinho amazônico – inclusive em relação ao relacionamento com o Brasil – pode ser analisado principalmente a partir da percepção da intensa “diplomacia presidencial” praticada por Hugo Chávez. No contexto brasileiro o mesmo conceito também pode ser bastante útil, tendo em vista que fala-se do uso desse tipo estratégico de condução da ação da política externa nos tempos de Lula. (ALMEIDA, 2004; VIGEVANI; CEPALUNI, 2007; VILELA; NEIVA, 2011)

Entende-se como diplomacia presidencial a forma da diplomacia de cúpula desenvolvida no contexto de um regime presidencialista, nessa acepção, temos como diplomacia de cúpula a diplomacia praticada por chefes de Estado e de governo que implicam em envolvimento e condução pessoal nos assuntos de política externa (PRETO, 2006). De acordo com Sérgio Danese¹⁹(1999), é possível se falar em diplomacia presidencial quando há “[..]a condução pessoal de assuntos de política externa, fora da mera rotina ou das atribuições *ex officio*, pelo presidente, ou, no caso de um regime parlamentarista, pelo chefe de estado e/ou pelo chefe de governo.” (DANESE, 1999, p. 51 *apud* PRETO, 2006, p. 34) No contexto específico venezuelano no período 2003 –

¹⁸ Chávez é comumente reconhecido como a figura pública dona do lema do “socialismo do século XXI”. Sobre essa nova concepção do socialismo, o ex-presidente fala da necessidade do modelo socialista de se embasar nos princípios cristãos (já que, segundo Chávez, Jesus foi o primeiro socialista da humanidade). Além disso ele destaca para algumas ideias-base para a formação desse novo modelo: a moral, a democracia participativa, igualdade conjugada com a liberdade e cooperativismo e associativismo. Em: www.aporrea.org/ideologia/a17224.html. O socialismo do século XXI não surge como conceito pronto, ele seria visto como consequência das lutas sociais.

¹⁹ Danese é diplomata de carreira e é destacado como um dos poucos na literatura brasileira a adentrar no desenvolvimento conceitual do termo “diplomacia presidencial”.

2010 essa tipificação é útil para se fazer ponderações sobre a diplomacia “hiperativa” de Hugo Chávez. (ROMERO, 2007)

Pelo ponto de vista da política externa chavista, torna-se quase que sem sentido, e ainda pouco possível, a análise sobre os atores do corpo burocrático e suas atuações, tendo em vista a fraqueza institucional do Ministério das Relações Exteriores na Venezuela à essa época. Um demonstrativo disso é que só no período do líder bolivariano na presidência foram seis mudanças de chanceler. (BURIM, 2011)

Existe uma completa diminuição das capacidades de influência e de autonomia do corpo diplomático oficial no processo de formulação do curso de ação, e das tomadas de decisões na política externa do país frente a centralidade da figura presidencial nesse contexto (SILVA; ARCE, 2013). Villa (2007) destaca que em última instância a falta de uma estrutura formal mais profissional e menos politizada no Ministério das Relações Exteriores pode resultar na perda da visão estratégica do país.

Não somente a apreciação das diretrizes e configuração final da política externa venezuelana, das ideias e valores que as fundamentam, bem como as condicionantes do arranjo institucional no sistema político que as permeiam; mas principalmente a forte liderança presidencial na atividade diplomática com que tais diretrizes são conduzidas revela-se um aspecto central da política externa de Chávez e de grande influência sobre seu conteúdo. (BURIM, 2011, p. 11)

Esse caráter personalista e centralizador de Hugo Chávez na construção e aplicação das políticas públicas de sua administração, incluindo aí a formulação das ações no cenário internacional, reflete-se diretamente nos tipos de relações estabelecidas pelo seu governo. Ocorre uma maior politização e ideologização da política externa se comparado a períodos temporais anteriores, as novas parcerias e o adensamento de antigas vão se desenvolver considerando fatores pragmáticos (como na procura por mercados para o petróleo do país), mas também ideológicos (como no destaque de parcerias no sentido da formação de uma nova ordem multipolar, ou mesmo na valorização da integração regional como resistência contra-hegemônica da periferia global).

É nesse cenário que podemos analisar o incremento das relações Brasil – Venezuela no período Lula – Chávez, entendendo esse movimento como uma consequência da confluência de aspectos de complementariedade estratégica das políticas externas das duas nações²⁰, além de perspectivas subjetivas das relações.

²⁰ A integração regional com outros países da América Latina é destacada na constituição de ambas nações. Parágrafo único do artigo 4º no caso brasileiro e a quinta seção, capítulo 1 do Título IV para a constituição

6. LÍDERES

Tanto no contexto brasileiro como no venezuelano ao longo da primeira década dos anos 2000, o chefe de estado/governo exerceu papel fundamental no desenvolvimento da política externa de seus países - especialmente no caso da Venezuela, onde mais do que um agente na atuação internacional do país, ele exercia total influência na formulação da agenda e da estratégia da política externa. Há de se fazer, portanto, uma mínima caracterização do perfil individual tanto de Lula quanto de Chávez e entender como a relação entre eles funcionou como vetor de influência nas relações entre Brasil e Venezuela entre 2003 e 2010.

Luiz Inácio Lula da Silva, ou apenas Lula, nasceu em 27 de outubro de 1945 na cidade de Caetés no interior do estado de Pernambuco, era o sétimo filho de um casal de lavradores analfabetos e de condições de vida precárias. Lula inicia sua vida política a partir da luta sindical desenvolvida, primeiramente, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Ao longo das décadas de 1970 e 1980 ele ganha prestígio e influência entre os trabalhadores e torna-se em uma das principais vozes da classe trabalhista da região. Em fevereiro de 1980 juntamente com outras lideranças sindicais e de movimentos sociais funda o Partido dos Trabalhadores (PT), do qual ele foi seu primeiro presidente. Seu primeiro cargo eletivo veio em 1986 quando eleito o deputado federal constituinte mais votado do país naquele ano. Até chegar à presidência do Brasil Lula conviveu com três derrotas seguidas nas eleições presidenciais, em 1989 (derrotado por Fernando Collor de Mello) e em 1994 e 1998 (superado ambas as vezes por Fernando Henrique Cardoso); apenas na sua quarta tentativa, em 2002, Lula logrou êxito nas disputas nacionais, sendo eleito em outubro de 2002 presidente do Brasil e no mesmo mês de 2006 reeleito para o mesmo cargo. (INSTITUTO LULA)

Ao longo do tempo, Lula se estabeleceu politicamente como uma das principais vozes da esquerda política nacional, estabelecendo em seu discurso prioridades em relação aos direitos trabalhistas e a defesa de condições de vida mais igualitárias na sociedade, discurso esse baseado em um viés socialista e por vezes de teor inflamado e radical. No entanto, com o estabelecimento de sua vida eleitoreira e tendo em vista as

da Venezuela. Constituição brasileira:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Constituição da Venezuela:
<http://www.uc.edu.ve/archivos/constitucion.PDF>.

condições necessárias para se alcançar a presidência da república, Lula e PT assumiram a impossibilidade de se vencer uma eleição nacional sem o firmamento de coalizões e do estabelecimento do diálogo com as elites do país, ocorre então, um processo de neutralização da imagem radical de Lula e de seu partido. Em último nível essa transformação culmina nas práticas desenvolvidas ao longo do governo Lula, sendo esse caracterizado em boa parte no sentido de continuidade em relação as práticas do antigo governo do PSDB (governo esse que o PT era o maior símbolo de oposição). (FILGUEIRAS, 2006; SAMPAIO, 2006)

Na Venezuela da primeira década do século XXI temos como chefe de estado e governo o ex-tenente-coronel Hugo Chávez. Hugo Rafael Chavéz Frías nasceu em 28 de julho de 1954 na cidade de Sabaneta, estado de Barinas. Segundo filho de um casal de professores de ensino primário de classe média baixa, Chávez foi na verdade criado por sua avó paterna. O jovem Hugo Chávez ingressa aos 17 anos de idade na carreira militar (com a intenção principal de tornar-se jogador profissional de beisebol), ascende no meio militar até chegar ao posto de tenente-coronel. É dentro do contexto militar que Chávez inicia suas articulações políticas, sendo um passo inicial o Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR-200), fundado em 1986, e que num momento inicial discutia o país, a carreira militar e seus papéis no contexto nacional. O MBR-200 se expande e coagula forças dentro do ambiente militar e alguma simpatia fora dele, para em fevereiro de 1992 se organizarem e tentarem a tomada de poder do governo central através de um golpe militar. A tentativa não obtém sucesso e Chávez passaria dois anos em cárcere privado. Contudo, o intento golpista elevou consideravelmente a popularidade de Hugo Chávez, que apesar de inicialmente se posicionar de forma distante de disputas eleitorais, entra na disputa pela presidência no ano de 1998 como representante do partido Movimento Quinta República (MVR – este era a transformação em sigla partidária do antigo MBR-200). Chávez é eleito em dezembro de 1998 com mais de 56% dos votos para a presidência venezuelana (MARINGONI, 2009), cargo este que ele ocuparia até sua morte em março de 2013²¹.

Chávez sempre se mostrou intenso em seus posicionamentos políticos, ele defendia posições de forte caráter nacionalista, tendo em perspectiva a intensa atuação do Estado no desenvolvimento nacional, ao passo da assimilação em seu discurso de

²¹ Chávez faleceu em 5 de março de 2013 depois de um ano e meio lutando contra um câncer. Em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/03/morre-aos-58-anos-o-presidente-da-venezuela-hugo-chavez.html>

símbolos nacionais, o que culminaria na auto proclamada revolução bolivariana. Ao longo do tempo construiu pensamento e interpretação própria sobre o socialismo, em termos domésticos e internacionais. Ao chegar ao poder, Hugo Chávez continuou com seus discursos inflamados e populistas, assim como se mostrou combativo em relação às elites nacionais e mesmo à estrutura do sistema internacional, destacando sempre suas características antioligárquica e anti-imperialista. Não obstante a isso, Chávez manteve certo nível de controle em suas ações práticas – em termos domésticos vê-se isso na continuidade de algumas políticas na área econômica ou mesmo na permanência da dependência em relação ao petróleo e de seu principal comprador, os EUA. (MARINGONI, 2009)

“Chávez era o líder da revolução bolivariana, consagrado nas urnas em duas eleições presidenciais e uma constituinte, e depositário das esperanças de mudança do povo venezuelano.” (BACOCINA, 2008, p. 18) Do outro lado tem-se Lula como “[...]líder da esquerda reconhecido em todo o mundo, sua eleição após três derrotas era vista pela opinião pública mundial como um exemplo de perseverança.” “[...]Lula era visto como a grande esperança da esquerda, especialmente na Europa...” (BACOCINA, 2008, pp. 18/19)

A ascensão coincidente desses líderes e a consequente identificação e aproximação nas esferas estratégicas, e mesmo pessoal, entre eles, sem dúvida funcionou como importante vetor das relações. A aliança formatada entre Brasil e Venezuela teve como uma de suas variáveis básicas a “sinergia Chávez – Lula” (URRUTIA, 2011), ou como caracteriza Gehre uma “cumplicidade política” entre os dois presidentes (GEHRE, 2011).

Logo após o triunfo eleitoral de Hugo Chávez, perfilaram-se as primeiras manifestações do que, pouco tempo mais tarde, seria uma estratégia bem definida para a conformação de uma aliança com o governo brasileiro. Tal estratégia estava inscrita no marco de uma estreita relação pessoal e em coincidências ideológicas com o presidente Lula, e marcarão oito anos de uma sociedade inédita nas relações bilaterais. (URRUTIA, 2011, p. 108)

Esse aspecto da aproximação entre Lula e Chávez torna-se mais importante ainda se tivermos em mente o uso comum da “diplomacia presidencial” por estes líderes. Essa relação pessoal entre eles acaba se mostrando como um importante catalisador para o incremento das relações entre Brasil e Venezuela no período de seus governos.

7. CONCLUSÃO

A percepção histórica sobre as relações desenvolvidas entre Brasil e Venezuela ao longo do tempo nos aponta para uma variação nas características desse relacionamento. Contudo, pode-se afirmar que esse processo histórico tem marcos temporais fundamentais, como quando a partir da década de 1970 o contato entre as duas nações se estabeleceu verdadeiramente e formalmente, no sentido do firmamento inicial de um nível mínimo de parceria, antes disso o que haviam eram contatos e interações pontuais sobre assuntos específicos, e que apesar de sempre observado sob seu caráter amistoso e de baixo nível de animosidade, nunca avançavam em quantidade e nem em qualidade o suficiente para se alcançar aspectos de parceria.

A partir dos anos de 1980 e mais ainda na década de 1990 as relações sofreram uma alteração em sua direção e intensão, ambos países começaram a entender melhor a possibilidade estratégica que um representava para o outro, o diálogo tornou-se mais frequente e abarcou áreas antes não debatidas (infraestrutura, área energética...). Podemos falar, que foi principalmente a partir da última década do século XX, que o contato diplomático entre Brasil e Venezuela fundamentou-se como parceria. Esse processo sofreu maior adensamento ainda com a entrada de Hugo Chávez na presidência venezuelana em 1999. O presidente venezuelano deu prioridade para o processo de integração regional na atuação externa de seu país, e assim estabeleceu os laços com o Brasil dentro de sua lógica do uso do instrumento da política externa como peça para a afirmação de seu projeto político interno, denominado pelo próprio Chávez como “revolução bolivariana”. (LOPES; HITNER, 2009)

Entretanto, é a partir da ascensão de Lula ao poder no Brasil e a concomitante continuidade de Chávez na Venezuela, que as relações bilaterais chegam ao nível de “aliança estratégica”. O marco que sinaliza o ápice dessa aliança, é a assinatura, em fevereiro de 2005, de 26 acordos de cooperação nas mais variadas áreas (energia, petroquímica, gás, mineração, agricultura, pesca, turismo, cooperação técnica, comunicação...). Nota-se que no período da primeira década do século XXI, as relações entre os dois países basearam-se em três principais pilares: diálogo político, ampliação do comércio e integração da infraestrutura. (ZURITA, 2007) Há de se destacar a importância dada pelos governos a esse momento de suas relações bilaterais, como

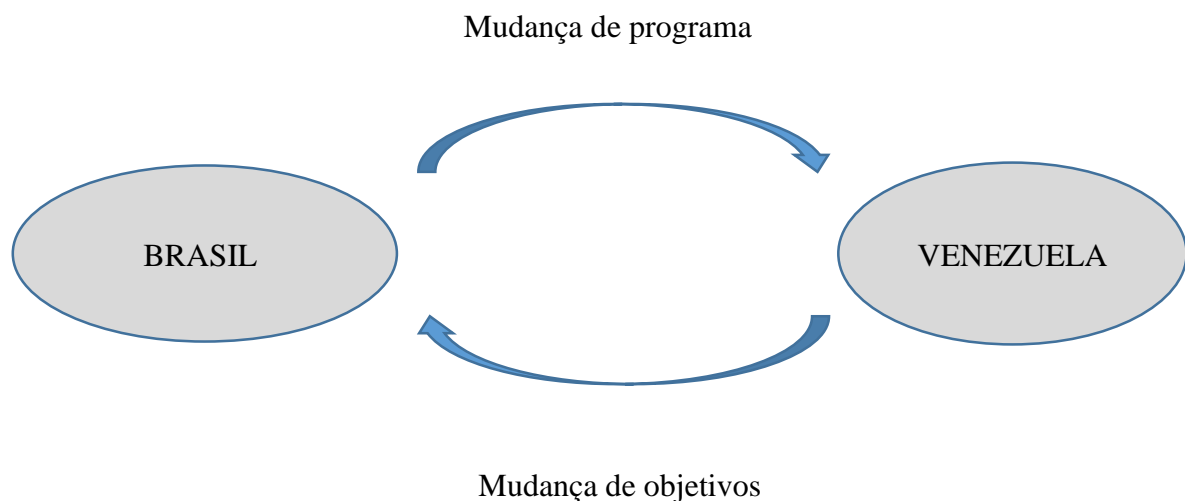
ênfatizado no próprio comunicado conjunto de Brasil e Venezuela tido como a pedra fundamental dessa aliança estratégica.

Extensas fronteiras comuns, valiosos recursos energéticos, potencialidades humanas que ao longo da história se expressaram no âmbito científico, do pensamento econômico, social e político, uma rica criação cultural, vastas extensões territoriais cortadas por importantes rios, condições que brindam a humanidade com maiores recursos naturais e alimentos, extensos mares que se abrem para as comunicações, climas estáveis, e todo um somatório de possibilidades para a prosperidade de nossos povos. Esta é a nossa Grande Pátria. De maneira contrastante, esse impressionante potencial físico e humano serve hoje como pano de fundo para uma aterradora e crescente pobreza de nossos povos. Esse é o principal desafio para nossas nações e para suas lideranças. A maneira de enfrentá-lo com êxito é integrar nossas forças para superar e vencer essas carências no caminho em direção à união e à prosperidade. [...] Nesse sentido, decidiram constituir uma ALIANÇA ESTRATÉGICA no âmbito político, social, econômico, cultural, científico-tecnológico e militar. (MRE, 2005, p. 1)

A descrição histórica do relacionamento nos permite afirmar que houve sim um adensamento das relações a partir de 2003. Contudo, essa intensificação foi uma etapa de um processo já em curso desde os anos de 1990, e principalmente depois de 1999 com a Venezuela chavista. Brasil e Venezuela já demonstravam maior aproximação a partir de Chávez, o que nos leva a crer que a ruptura do contexto interno venezuelano foi fator preponderante nesse movimento. Mas não resta dúvida que esse incremento foi mais sensível com a aproximação dos presidentes Lula e Chávez. Destacando o papel deles na atuação internacional de seus países, ambos líderes possuíam perfil ativo e influente na ação externa de suas nações, ao passo que os dois compartilhavam de admiração individual mútua e de percepções ideológicas semelhantes. Em mesma medida pode se pensar sobre a confluência das diretrizes e objetivos das políticas externas dos dois governos. Brasil e Venezuela compartilhavam de alguns objetivos e interesses conjuntos (mesmo que com diferentes motivações), ambos destacavam a importância do meio regional e de como este deveria ser melhor desenvolvido, ao mesmo tempo que tinham interesses estratégicos complementares, como na vontade venezuelana da afirmação do Brasil como potência de alcance global, já que de acordo com as intenções revisionistas da Venezuela em relação a estrutura do sistema internacional, o vizinho sul-americano possuía grande potencial para combater essa estrutura (pelo prisma brasileiro, esse tipo de argumento era útil, para por exemplo, pleitear um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU).

Desenvolver uma escala comum para as relações entre os dois países no sentido de sua mudança [tendo em mente as formulações de Hermann (1990)], é de difícil

determinação, já que na verdade o modelo metodológico aqui aplicado foi construído para a análise das decisões de um único Estado e sua ampla inserção internacional. Considera-se aqui, a aplicação do modelo para a compreensão da mudança (ou não) do tipo de comportamento do Brasil em relação à Venezuela, assim como da Venezuela para o Brasil, no corte temporal entre os anos de 2003 e 2010.



*Elaboração própria baseado no modelo de análise de Hermann (1990)

Logo, podemos analisar que a partir de 2003, do Brasil para a Venezuela houve uma mudança de programa, tendo em vista o aprofundamento das relações em temas estratégicos para o Brasil, mas que no entanto, não tiveram os objetivos da política externa brasileira, em relação aos venezuelanos, alterados de forma significativa, pois estes continuavam, essencialmente, baseados pelos interesses nacionais de ordem pragmática. Já da Venezuela para o Brasil, percebe-se um movimento mais intenso, que varia entre uma mudança de programa e uma mudança de objetivos, partindo do entendimento que a partir da entrada de Chávez, a política externa venezuelana era desenvolvida também em termos pragmáticos, mas principalmente em função de um modelo ideológico e de interesses segundo uma visão de mundo totalmente diferente de seu antecessor, o que em última análise ocasionou uma alteração de política externa mais forte do que a observada no contexto brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Giane Maria Porto de. “Integração regional pela via energética: estudo de caso da interligação elétrica Venezuela - Brasil”. UnB, 2012.

ALMEIDA, Paulo Roberto. “Uma avaliação do governo Lula: a área econômica”. Revista Espaço Acadêmico, nº 113, 2010.

_____. “Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula”. Revista Brasileira Política Internacional, vol. 47, nº 1, 2004.

AMORIM, Octavio. “De João Goulart a Hugo Chávez: a política venezuelana à luz da experiência brasileira”. In: PINHEIRO, Samuel; CARDIM, Carlos (org.). Venezuela: visões brasileiras, FUNAG, 2003.

BACOCINA, Denize. “Brasil e Venezuela – aproximação e afastamento nos governos Lula e Chávez – 2003 a 2008”. UnB, 2008.

BARBOSA, Rubens. “A Política Externa do Brasil para a América do Sul e o ingresso da Venezuela no Mercosul”. Revista Interesse Nacional, pp. 2 - 28, abril/junho de 2008.

BARNABÉ, Israel Roberto. “Argentina, Brasil e Venezuela: hegemonia compartilhada na integração sul-americana?”. Espacio Abierto, vol. 23, nº 4, 2014.

BARROS, Pedro Silva. “Da CAN ao Mercosul: uma análise da nova política externa venezuelana”. Revista Soc. Bras. Economia Política, nº 20, p. 25-44, junho 2007.

_____. “Chávez e Petróleo: Uma análise da Nova Política Econômica Venezuelana.” PUC-SP, 2006.

BROTHERHOOD, Karina de Carvalho. “As relações Brasil - Venezuela: o petróleo como base para a integração regional”. II Simpósio de pós-graduação em Relações Internacionais do programa San Tiago Dantas – UNESP, UNICAMP e PUC/SP, 2009.

BURIN, Tamiris. “A diplomacia presidencial de Chávez na Venezuela: entre aspectos novos e tradicionais”. III Simpósio de pós-graduação em Relações Internacionais do programa San Tiago Dantas – UNESP, UNICAMP e PUC/SP, 2011.

BUSTAMANTE, Gilberto Cristián Aranda. “El proyecto Chávez (1999 - 2007): participación, isocracia e integración regional”. Editorial Unversitaria, Santiago, 2013.

CARREIRÃO, Yan. “A eleição presidencial de 2002: uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais”. *Revista de Sociologia e Política*, nº 22, pp. 179 – 194, 2004.

CERVO, Amado Luiz. “A Venezuela e seus vizinhos”. *In*: PINHEIRO, Samuel; CARDIM, Carlos (org.). *Venezuela: visões brasileiras*, FUNAG, 2003.

_____. “Inserção internacional - formação dos conceitos brasileiros”. 1ª edição, Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. “História da política exterior do Brasil”. 2ª edição, UnB, 2002.

DANESE, Sérgio. “Diplomacia presidencial: história e crítica”. Top Books, Rio de Janeiro, 1999.

ELÍAS, Antonio (org.). “Los gobiernos progresistas en debate: Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay”. CLACSO, 2010.

ERBER, Fábio. “As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política”. *Revista de Economia Política*, vol. 31, nº 1, pp. 31 – 55, 2011.

ERTHAL, Juliana; MAGALHÃES, Bruno. “Brasil: as dificuldades internas da liderança regional”. *In*: LIMA, Maria Regina Soares; COUTINHO, Marcelo Vasconcelos (org.). “A agenda sul-americana: mudanças e desafios no início do século XXI”, FUNAG, 2007.

FERNANDES, Florestan. “Poder e contrapoder na América Latina”. Zahar Editores, 1981.

_____. “A revolução burguesa no Brasil”. Zahar Editores, 2ª edição, 1976.

FILGUEIRAS, Luiz. “O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico”. *In*: BASUALDO, Eduardo; ARCEO, Enrique (org.). “Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales”. CLACSO, 2006.

FRANKLIN, Cleber Batalha. “Segurança e defesa na Amazônia e as relações entre o Brasil e a Venezuela (1985 – 2006)”. UnB-UFRF-FLACSO, 2012.

FREITAS, Rosana de C. Martinelli. “O governo Lula e a proteção social no Brasil: desafios e perspectivas”. *Katál*, vol. 10, nº 1, pp. 65-74, 2007.

FRIEDEN, Jeffry. “Actors and Preferences in International Relations”. *In*: LAKE, David; POWELL, Robert (eds.). “Strategic Choice and International Relations”. Princeton University Press, 1999.

GEHRE, Thiago. “Uma história de parceria: as relações entre Brasil e Venezuela (1810-2012)”. Belo Horizonte, Fino Traço, 2012.

_____. “Brasil - Venezuela: uma parceria relutante?”. *Mural Internacional*, Ano 2, nº 2, dezembro 2011.

GEHRE, Thiago; ZURITA, Alejandro Mendible. “As relações Brasil - Venezuela: imagens internacionais em perspectiva (1810 - 2010)”. *Anos 90*, vol. 18, nº 33, p. 217 - 241, julho 2011.

GOVERNO FEDERAL. “Brasil – 2003 a 2010”. 2010

GUERRERO, Modesto Emilio. “Venezuela en el Mercosur”. Caracas, Vadell Hermanos Editores, 2012.

HIRST, Monica. “Los desafios de la política sudamericana de Brasil”. *Nueva Sociedad*, nº 205, 2006.

HERMANN, Charles F. “Changing course: when governments choose to redirect foreign policy”. *International Studies Quarterly*, vol. 34, nº 1, 1990.

IGLESIAS, Wagner; CARDOSO, Eliel Waldvogel; STREICH, Ricardo Neves. “Estratégia de desenvolvimento em questão – o debate sobre o papel do Estado no Brasil, México e República Bolivariana da Venezuela, 1989 – 2010”. CEPAL, 2014.

LEITE, Iara; FLORES, Fidel Pérez. “Refundações, conflito e polarização na Venezuela de Chávez”. *In*: LIMA, Maria Regina Soares; COUTINHO, Marcelo Vasconcelos (org.). “A agenda sul-americana: mudanças e desafios no início do século XXI”, FUNAG, 2007.

LESSA, Antonio Carlos (Org) e ALTEMANI, Henrique (Org.). “Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas”, v.1 e v.2, São Paulo, Saraiva, 2006.

LIMA, M. Regina; KFURI, Regina. “Política externa da Venezuela e relações com o Brasil”. *Papéis Legislativos*, nº 6, out. 2007.

LOPES, Rodrigo Herrero; HITNER, Verena. “Venezuela: o papel dos processos de integração para a manutenção do governo Chávez”. Cadernos PROLAM/USP, ano 8, vol. 2, p. 163-181, 2009.

MAGALHÃES, Aline Neri. “O Brasil no vértice do poder triangular da América do Sul: a liderança regional e a cooperação com Venezuela e Argentina (2000 - 2007)”. Rio de Janeiro, CEBELA, 2009.

MANSILLA, Diego. "Petroleras Estatales en América Latina: entre la transnacionalización y la integración". La revista del CCC. Janeiro / Abril 2008, nº 2. Ano 1.

MARINGONI, Gilberto. “A revolução venezuelana”. Unesp, 2009.

MAYA, Margarita López. “Venezuela: Hugo Chávez y el bolivarianismo”. Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales, vol.14, nº 3, p. 55-82, 2008.

_____. “Perspectivas y agenda alternativa”. In: ELÍAS, Antonio (Org.). Los gobiernos progresistas en debate: Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay. CLACSO, 2006.

MELLO, Eduardo Brigidi. “A NOVA POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE: o governo Lula e a inserção externa brasileira no século XXI”. UFRGS, 2009.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. “Balanço da política externa nacional entre 2003 e 2010”. 2010 a.

_____. “Atos internacionais – Prática diplomática brasileira – Manual de procedimentos”. 2010 b.

_____. “Comunicado conjunto: Aliança Estratégica Brasil – Venezuela”. 2005.

_____. “Declaração presidencial de Caracas”. 2000.

NUNES, Tiago. “Um panorama histórico das relações Brasil-Venezuela”. Conjuntura Austral, vol. 2, nº 6, 2011.

NUTI, Mírian Regini. “Integração energética na América do Sul: escalas, planejamento e conflitos”. Rio de Janeiro, UFRJ, 2006.

PRETO, Alessandra Falcão. “O conceito da diplomacia presidencial: o papel da presidência da república na formulação de política externa”. USP, 2006.

RAMOS, Leonardo César Souza. “Contra-hegemonia e política externa? A política externa brasileira no governo Lula”. *Carta Internacional*, vol. 7, nº 1, pp. 69-86, 2012.

RIBEIRO, Vicente Neves da Silva. “Petróleo e processo bolivariano: uma análise da disputa pelo controle do petróleo na Venezuela entre 2001 e 2003”. Porto Alegre, UFRGS, 2009.

ROMERO, Carlos. “La entrada de Venezuela en el Mercosur. Repercusiones internas.”. ILDIS, Caracas, 2007.

RUIZ, José Briceño. “O Mercosul na política de integração de Venezuela”. *Civitas*, vol. 10, nº 1, 2010.

SAMPAIO, Plínio. “Identificación y análisis de los principales cambios realizados por los nuevos gobiernos.” *In*: ELÍAS, Antonio (Org.). *Los gobiernos progresistas en debate: Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay*. CLACSO, 2006.

SANTOS, Raquel Magalhães Neiva. “Petrobras en la política exterior del gobierno de Lula: una mirada desde la Economía Política Internacional”. Buenos Aires, FLACSO, 2010.

SEABRA, Raphael. “A revolução venezuelana: chavismo e bolivarianismo”. *Sociedade e Cultura*, vol. 13, nº 2, p. 211-220, 2010.

SILVA, Marcos Antonio; ARCE, Anatólio Medeiros. “Política externa e integração regional: a diplomacia venezuelana entre a ALBA e a UNASUL”. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, vol. 1, nº 3, 2013.

_____. “O petróleo e a democracia na política externa da Venezuela: a difícil conciliação entre ruptura e continuismo na era Chávez”. *Videre*, ano 3, nº 5, p. 63-84, jan/jun 2011.

UCHOA, Pablo. “Venezuela: a encruzilhada de Hugo Chávez”. Editora Globo, 2003.

URRUTIA, Edmundo González.. “As relações do Brasil com a Venezuela: de desconfiança à aliança estratégica”. *In*: FAUSTO, Sergio; SORJ, Bernardo (orgs.). *Brasil*

e América do Sul: olhares cruzados. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), 2011.

URRUTIA, Edmundo González. “Las dos etapas de la política exterior de Chávez”. Nueva Sociedad, nº 205, 2006.

VASCONCELLOS, Vinícius. O governo Hugo Chávez e a política externa venezuelana no continente americano. Porto Alegre, 2009.

VIEIRA, Danielle de Oliveira. “A atuação político-estratégica da Petrobras na Bolívia e na Venezuela”. Rio de Janeiro, UFRJ, 2010.

VILELA, Elaine; NEIVA, Pedro. “Temas e regiões nas políticas externas de Lula e Fernando Henrique: comparação do discurso dos dois presidentes”. Revista Brasileira de Política Internacional, 54 (2), pp. 70-96, 2011.

VILLA, Rafael Duarte. “As estratégias da Venezuela para a integração regional sul americana: tensões entre Mercosul e Alba”. Pontes, vol. 3, nº 4, 2007.

_____. “Venezuela: mudanças políticas na era Chávez”. Estudos Avançados, vol. 19, nº 55, 2005.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. “A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação”. Contexto Internacional, vol. 29, no 2, julho/dezembro 2007, p. 273-335.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. “A política externa da Venezuela frente a globalização (1989-2001)”. In: PINHEIRO, Samuel; CARDIM, Carlos (org.). Venezuela: visões brasileiras, FUNAG, 2003.

ZURITA, Alejandro Mendible. “Las relaciones entre Venezuela y Brasil”. Ágora, ano 10, nº 10, 2007.

_____. “Venezuela – Brasil: inventário de uma relação amistosa”. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). “Brasil e Venezuela: Esperanças e determinação na virada do século”. FUNAG, 1995.

Sites:

APORREA: www.aporrea.org/ideologia/a17224.html. Acesso em: 24/05/2016

CEPALSTAT – base de dados e publicações estatísticas da CEPAL.
http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/Portada.asp. Acesso em: 09/05/2016

Entrevista do embaixador venezuelano no Brasil em 2012 à revista Desafios do Desenvolvimento:
http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2821:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 14/05/2015

FOLHA DE SÃO PAULO:
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>. Acesso em: 01/06/2016

G1: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/03/morre-aos-58-anos-o-presidente-da-venezuela-hugo-chavez.html>. Acesso em: 24/05/2016

Instituto de pesquisa DATAFOLHA.
<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/index.shtml>. Acesso em: 02/05/2016

INDEX MUNDI. <http://www.indexmundi.com/>. Acesso em: 12/05/2016

INSTITUTO LULA. <http://www.institutolula.org/>. Acesso em: 20/05/2016

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA.
http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 11/05/2015

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC.
<http://www.mdic.gov.br/sitio/>. Acesso em: 11/05/2015

Ministerio del Poder Popular para la Comunicación e Información – MINCI: <http://www.minci.gob.ve/wp-content/uploads/2011/04/CONSTITUCION.pdf>. Acesso em: 01/06/2016

Ministerio del Poder Popular de Planificación – MPPP: <http://www.mppp.gob.ve/publicaciones-2/documentos-oficiales/>. Acesso em: 01/06/2016

Ministério das Relações Exteriores – MRE. <http://www.itamaraty.gov.br>. Acesso em: 04/05/2016

O GLOBO: <http://oglobo.globo.com/politica/governo-lula-reduziu-pobreza-do-pais-em-506-mostra-estudo-2775537>. Acesso em: 27/05/2016

Palácio do Planalto – Presidência da República: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 01/06/2016

Sistema consular integrado – sistema atos internacionais. Ministério das Relações Exteriores. <http://dai-mre.serpro.gov.br/>. Acesso em: 12/05/2016